ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Cel Cav MÁURY **DAVIS** SILVA DE CHRISTO

A ameaça extremista e/ou terrorista de atores não estatais originários do Oriente Médio e da África.

Rio de Janeiro

2018

Cel Cav MÁURY **DAVIS** SILVA DE CHRISTO

A ameaça extremista e/ou terrorista de atores não estatais originários do Oriente Médio e da África.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Orientador: Cel Art **WANDERLEY** MONTEAGUDO RASGA JÚNIOR

Rio de Janeiro

2018

C556a Christo, Máury Davis Silva de

A ameaça extremista e/ou terrorista de atores não estatais originários do Oriente Médio e da África. / Máury Davis Silva de Christo - 2018.

69 fl. : il. ; 30 cm

Orientação: Wanderley Monteagudo Rasga Júnior.
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar). - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.
Bibliografia: f. 61-69.

1. EXTREMISMO. 2. TERRORISMO. 3. RADICALIZAÇÃO 4.CONHECIMENTO COMO ARMA. 5. DESRADICALIZAÇÃO 6.COOPERAÇÃO INTERNACIONAL. 7. PARCERIAS COMUNITÁRIAS. I. Título.

CDD 341.773

Cel Cav MÁURY **DAVIS** SILVA DE CHRISTO

A ameaça extremista e/ou terrorista de atores não estatais originários do Oriente Médio e da África.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Aprovado em ____ de _____ de 2018.

COMISSÃO AVALIADORA

_____
Cel R/1 WANDERLEY MONTEAGUDO RASGA JÚNIOR - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

_____
Cel R/1 JAIR RODRIGUES DA CRUZ JUNIOR - 1º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

_____
Cel R/1 RAPHAEL MOREIRA DO NASCIMENTO - 2º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa LUIZA e aos meus filhos FILLIPE DAVIS e LUCAS DAVIS. Uma sincera homenagem pelo carinho e compreensão demonstrados durante a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Nosso DEUS e Pai do Nosso Senhor e Salvador JESUS CRISTO, por ter me dado saúde e humildade para executar esta tarefa e a minha querida e amada Família, nas pessoas da minha esposa LUIZA juntamente com meus filhos FILLIPE DAVIS e LUCAS DAVIS, pelo apoio, carinho e compreensão durante a execução deste trabalho.

Agradeço ao meu orientador Cel WANDERLEY pela orientação segura e pela confiança depositada em mim.

“Lutai contra o conservantismo, tornando-vos permeáveis às idéias novas, a fim de que possais escapar à cristalização, ao formalismo e à rotina.” (Marechal Castello Branco)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo pesquisar os processos de formação dos principais grupos extremistas e/ou terroristas originários da região do Oriente Médio e África que têm atuado desde o fim do século XX e nas duas primeiras décadas do século XXI, onde buscou-se vislumbrar possíveis ameaças e/ou formas de atuação no Brasil. Neste compêndio de pesquisas teve-se por base a disseminação do conhecimento científico como *Arma* de defesa contra eventuais ameaças de cooptação e/ou aliciamento da população brasileira, indutoras de ações extremas que fogem de nossa cultura e valores. O foco, portanto, é "proteger" nossa população por meio do conhecimento e do convencimento, de modo a interromper motivações escusas, particularmente as mentes mais desavisadas. Além de proteger os brasileiros este trabalho se deteve em vislumbrar uma estratégia que, mesmo numa projeção longínqua, se proponha a estancar a desabalada carreira de ações extremistas e violentas que têm despertado reações na mesma dimensão. Nesse cenário as vistas se voltaram a um período obscuro de nossa história, particularmente no pós 1ª GM, com o esfacelamento do Império Otomano e a entrega das nações do oriente ao interesse imediatista das metrópoles do ocidente. Nesta pesquisa buscamos inspiração em práticas adotadas nos últimos anos no cenário europeu, prendendo-nos a conceitos e ações voltadas a desmontar a radicalização e propondo medidas que arrefeçam os ânimos e nos façam repensar o desatino terrorista. Ao observarmos a "Guerra ao Terror" iniciada no pós-11 de setembro, não existem sinais de que os fenômenos de extremismo violento, como o terrorismo, tenham diminuído. Os recentes ataques terroristas em Paris e o crescente fenômeno dos combatentes estrangeiros provam exatamente o contrário, não se esperando que esta tendência se inverta, muito pelo contrário. Existe um consenso alargado no seio dos especialistas de que o radicalismo e o extremismo violento têm sido mal abordados e mal geridos. Nesse sentido, a abordagem cinética de forte componente militar que tem sido adotada no combate ao fenômeno do terrorismo tem sido alvo de fortes críticas. Em alternativa tem sido defendida uma abordagem mais equilibrada, abrangente e que busque o convencimento racional e a persuasão como ferramentas ao dispor no combate ao Extremismo Violento.

Palavras-chave: Extremismo, Terrorismo, radicalização, conhecimento como arma, desradicalização, cooperação internacional, parcerias comunitárias

ABSTRACT

This work aimed to investigate the formation processes of the main extremist and/or terrorist groups originating in the Middle East and Africa region that have been active since the end of the twentieth century and in the first two decades of the twenty-first century, where it was possible to envisage possible threats and / or forms of action in Brazil. This compendium of research was based on the dissemination of scientific knowledge as a defense weapon against possible threats of cooptation and / or enticement of the Brazilian population, inducing extreme actions that escape our culture and values. The focus, then, is to "protect" our population through knowledge and conviction, in order to interrupt excuses, especially the most unsuspecting minds. In addition to protecting the Brazilians, this work has paused to envisage a strategy that, even in a distant projection, intends to stop the unstoppable career of extremist and violent actions that have provoked reactions in the same dimension. In this scenario the views turned to an obscure period in our history, particularly in the post-GM period, with the collapse of the Ottoman Empire and the surrender of the eastern nations to the immediate interest of the western metropolis. In this research we seek inspiration from the practices adopted in recent years in the European scenario, focusing on concepts and actions aimed at dismantling radicalization and proposing measures that will cool the mood and make us rethink the terrorist blunder. Looking at the "War on Terror" that began in the post-9/11 period, there are no signs that phenomena of violent extremism, such as terrorism, have diminished. The recent terrorist attacks in Paris and the growing phenomenon of foreign fighters prove exactly the opposite, not hoping that this trend will reverse, quite the opposite. There is broad consensus among scholars that radicalism and violent extremism have been poorly addressed and poorly managed. In this sense, the kinetic approach of a strong military component that has been adopted in the fight against the phenomenon of terrorism has been strongly criticized. In the alternative, a more balanced, comprehensive approach has been advocated, seeking rational conviction and persuasion as tools available to combat Violent Extremism.

Keywords: Extremism, Terrorism, radicalization, weapon-like knowledge, de-radicalization, international cooperation, community partnerships

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – IMPÉRIO OTOMANO…….....16
Quadro 2 – ACORDOS SYKES-PICOT…….....17
Quadro 3 – IMPACTO NA ECONOMIA.....37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....11
1.1 O PROBLEMA.....14
1.2 OBJETIVOS 14
1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....14
1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO 14

2 PROCESSO DE FORMAÇÃO DE GRUPOS EXTREMISTAS 16

3 METODOLOGIA.....28
3.1 DINÂMICA DE PESQUISA.....28

4.FORMAS DE ATUAÇÃO DOS PRINCIPAIS GRUPOS EXTREMISTAS 29

5.POSSÍVEIS MEDIDAS PROTETIVAS DIANTE DA AMEAÇA TERRORISTA ..39

6.CONCLUSÃO …….54

7**.REFERÊNCIAS**… ……...61

1 INTRODUÇÃO

Criando um cenário retrospectivo, focando o final do século XX e a ascensão ao terceiro milênio, temos a percepção de que o mundo testemunhou uma série de acontecimentos fazendo-se acompanhar por evoluções e revoluções de toda ordem, no que se refere aos avanços tecnológicos e nas relações das nações. Tendências da economia mundial no século XX, com ênfase nas transformações estruturais e institucionais de sua primeira metade, na expansão e crise da economia mundial no pós-Segunda Guerra e nas características do processo de globalização capitalista do final do século XX e princípios do XXI têm dominado o cenário internacional. As fronteiras entre os povos têm diminuído, abrindo novas perspectivas de progresso nas relações psicossociais, políticas e econômicas. Com o fim da Guerra Fria, novos atores tentam se posicionar nos campos político, econômico, psicossocial, científico-tecnológico e militar, preenchendo os vácuos de poder e dando os contornos da nova ordem mundial.

O mundo também testemunhou fenômenos contrários, que seguem na contramão do progresso da humanidade. Conflitos étnico-religiosos se destacam negativamente; o extremismo e o fundamentalismo religioso dão margem ao surgimento de novas ondas de terrorismo e neste mesmo contexto surgem grupos como o Estado Islâmico propagando a violência. Ondas de imigrantes provenientes do Oriente Médio e do Norte da África tentam acessar a Europa, concretizando a previsão da “teoria da Turbulência” ou “Teoria da Incerteza”, formulada em 1992 por Pierre Lellouche.

A Organização das Nações Unidas cuja existência se justifica pela cooperação entre os povos e o progresso da humanidade, não encontra solução para todos os conflitos ao mesmo tempo em que não tem resposta para todas as questões.

A título de ambientação ao tema proposto, segue-se nesta introdução aspectos e conceitos importantes sobre o fundamentalismo religioso, o islamismo e a situação das comunidades árabe/muçulmanas do Brasil:

Segundo Ferro (2008), o islã ou islamismo é uma religião monoteísta surgida na Arábia, no Oriente Médio, que tem como pressuposto básico a submissão a Alá, que significa Deus em árabe. O Alcorão ou Corão, livro sagrado dos muçulmanos, tem inspiração divina e foi escrito pelo profeta Mohammad (Maomé), é tido como a palavra literal de Alá. Maomé, para os islâmicos, é considerado o último profeta de Deus, tendo sido precedido pelo patriarca Abraão, por Moisés e por Jesus. Em

referência ao primeiro profeta, a religião também é considerada como abraâmica. Ainda segundo Ferro (2008), o Islã considera como marco temporal de seu calendário o ano 622 da era cristã, ocasião em que o profeta Maomé migrou de Meca para Medina. O termo Islã vem do Árabe *islam*, que significa "submissão" – está associada com *salaam*, que significa "paz", que era exatamente o que dava sentido a crença, conforme a liderança política e religiosa conduzida por Maomé, inclusive sendo previsto na constituição de Medina a convivência pacífica e harmônica entre as três principais religiões monoteístas surgidas no Oriente Médio (Judaismo, Cristianismo e Islamismo).

Os muçulmanos, ou seja, os seguidores do islã afirmam que as mensagens e revelações anteriores foram parcialmente alteradas ou corrompidas ao longo do tempo, mas consideram o Alcorão como uma versão inalterada da revelação final de Deus. Com o passar do tempo o fundamentalismo e a intolerância foram se instalando e em tempos atuais, grupos extremistas pregam a total destruição de Israel em referência ao seu povo de origem judaica, bem como os infiéis e o Ocidente em geral. Os conceitos e as práticas religiosas incluem os cinco pilares do islã (fé, oração, caridade, jejum e peregrinação), que se constituem de conceitos e atos básicos e obrigatórios de culto, e a prática da lei islâmica, que atinge praticamente todos os aspectos da vida e da sociedade, fornecendo orientação sobre temas variados, como sistema bancário, bem-estar, guerra e meio ambiente.

O termo islamismo refere-se aos seguidores do islã (LELLO, 1975) é um termo surgido no século XX que hoje em dia é usado em alguns países para definir, não só a sua visão religiosa, mas também uma visão política dessa doutrina. Assim, em francês o islamismo tanto pode-se referir a uma escolha consciente da doutrina do islã, como guia para a ação política como de uma ideologia de manipulação do islã com vistas de projetos políticos. Nesta última acepção, fala-se também do radicalismo islâmico ou fundamentalismo islâmico, como forma de combater a agressão, que supostamente seria feita pelos ocidentais à identidade árabe-muçulmana, e com o fim de transformar um sistema político e social de um Estado usando a *sharia*, ou seja, a interpretação unívoca é imposta à sociedade (ÉTIENNE, 2003). Sharia, significa legislação ou código moral e legal que coliga ideologicamente os muçulmanos em todos os aspectos da vida (NAPOLEONI, 2016).

Nesse cenário, surgiu, pois, o seguinte problema que orientou a presente pesquisa: Como minimizar a ameaça terrorista no Brasil por meio do conhecimento do processo de formação dos atores extremistas não estatais e das suas formas de atuação?

> Diante de um contexto que combina globalização, incerteza sobre a balança de poder global e a presença de conflitos relacionados a território e religião, a emergência de agentes não estatais geradores de insegurança é crescente. Entretanto, a presença destes não é inédita na história das relações internacionais. Após o Tratado de Vestfália, o Estado passou a ser considerado como o único ator com legitimidade para empregar a força com justiça a fim de proteger seus cidadãos. Essa compreensão leva à suposição que o uso da força por parte dos atores não estatais é ilegal e criminoso.
>
> Para manter o sistema internacional organizado e para prevenir possíveis conflitos entre os Estados, o direito internacional passou a reger o seu comportamento e, de acordo com suas normas, outras entidades não estatais não poderiam participar legalmente de conflitos, com exceção dos movimentos de libertação nacional se cumprissem as condições estipuladas nas Convenções de Haia e de Genebra de 1949 e seu Protocolo Adicional I de 1977. Além disso, o direito internacional proíbe ataques a pessoas que não estejam ativas nas hostilidades. Tais convenções regulam os combatentes, que é uma categoria mais ampla que aquela dos membros das forças armadas das partes do conflito, englobando milícias e voluntários. Estes combatentes irregulares devem cumprir algumas condições para serem considerados protegidos pelas convenções. Membros de movimentos de resistência que não cumprem tais condições não podem ser considerados combatentes e, em caso de captura, devem ser tratados como criminosos comuns e não prisioneiros de guerra.
>
> Neste sentido, a ação de agentes não estatais geradores de insegurança deve ser combatida, independente da caracterização que possam ter. O principal agente não estatal que causa insegurança atualmente no sistema internacional é o terrorista. Entretanto, há outros tipos, como o delinquente, que usa a violência aparentemente sem justificativa e simplesmente como meio para alcançar seu benefício pessoal e o insurgente, que utiliza a violência como mecanismo para combater o regime que pretende eliminar, e justifica esse exercício como nobres propósitos para a instalação de melhores condições de vida para seus partidários e para a comunidade que representa. (COLOMBO, 2016, p.1)

1.1 O PROBLEMA

Após o esclarecimento dos antecedentes históricos, será exposto, de maneira objetiva, o problema que se pretende investigar. Essa colocação será em forma de pergunta.

Grupos como Estado Islâmico, Al-Qaeda, Talibã e Boko Haram geralmente se consolidam em regiões de minorias excluídas, dentro de países que até hoje são ditaduras, monarquias absolutistas e com histórico de violação dos direitos humanos, afirma Mortean (2016).

Eles são a origem de outras células terroristas e também formam alianças ou dão apoio institucional uns aos outros.

Eis a questão: Como minimizar a ameaça terrorista no Brasil por meio do conhecimento do processo de formação dos atores extremistas não estatais e das suas formas de atuação?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral – Conhecer o processo de formação dos grupos extremistas e/ou terroristas originários do Oriente Médio e da África tendo como escopo a prevenção de ameaças no território brasileiro.

1.2.2 Objetivos específicos

a. Identificar os antecedentes históricos e as causas dos conflitos ético-religiosos que envolvem esses grupos;

b. Identificar os principais grupos extremistas e as possíveis formas de atuação em nossa sociedade;

c. Identificar ações preventivas que frustrem eventuais ações terroristas em nosso meio.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O escopo da presente pesquisa científica é o estudo dos processos de formação dos principais grupos extremistas e/ou terroristas originários da região do Oriente Médio e África que têm atuado desde o fim do século XX e nas duas primeiras décadas do século XXI, identificando a capacidade de atuação no Brasil.

Ademais este trabalho de pesquisa tem por base a disseminação do conhecimento científico como *Arma* de defesa contra eventuais ameaças de cooptação e/ou aliciamento da população brasileira, indutoras de ações extremas que fogem de nossa cultura e valores. O foco, portanto, é “proteger” nossa população por meio do conhecimento e do convencimento, de modo a interromper motivações escusas, particularmente as mentes mais desavisadas. Nessa pesquisa não serão abordados aspectos técnico-operativos das ações antiterror.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

De acordo com citação anterior na seção 1 deste capítulo as tendências da economia mundial no século XX, com ênfase nas transformações estruturais e institucionais de sua primeira metade, na expansão e crise da economia mundial no pós-Segunda Guerra e nas características do processo de globalização capitalista do final do século XX e princípios do XXI têm dominado o cenário internacional. O surgimento de grupos extremistas não estatais têm colocado à prova os princípios

vestifalianos do respeito à soberania dos estados e do ideal da Liberdade dos povos grandemente enraizado na cultura ocidental. O estudo do processo de formação e do *modus operandis* dos referidos grupos torna-se relevante no momento em que nos lança a pensar em como defender nosso território e buscar uma solução ou amenização dos ânimos, pautados em princípios de tolerância e disciplina emocional.

2 PROCESSO DE FORMAÇÃO DE GRUPOS EXTREMISTAS

> . Atualmente, o Oriente Médio é a região de maior instabilidade no planeta. Esse local é palco de diversos confrontos e conflitos os quais afetam praticamente todo o mundo. Isso se deve aos processos históricos de formação e evolução dos países dessa região e às influências externas sofridas. A partir do fim do Império Otomano, após a Primeira Guerra Mundial, houve o surgimento de diversos países no Oriente Médio. Esse surgimento de novos Estados-Nações ocorreu sob a forte influência de países externos à região, principalmente da Inglaterra, da França, da Rússia e dos Estados Unidos da América. Ao longo das décadas, surgiram no Oriente Médio diversos movimentos de contestação às influências externas, com destaque para o fundamentalismo islâmico. Ao longo do tempo, o fundamentalismo religioso passou a influenciar cada vez mais as ações de grupos radicais, refletindo nos governos dos países e nas suas relações internacionais. No contexto da Guerra contra o Terror, após a ocupação de países do Oriente Médio, devido aos ataques de 11 de setembro de 2001, surgiu o grupo terrorista fundamentalista Estado Islâmico, o qual passou a recrutar relevante quantidade de militantes em curto espaço de tempo. Com a Primavera Árabe, iniciou período de grande instabilidade no Oriente Médio, que criou o vácuo de poder que favoreceu a expansão desse grupo terrorista. Nesse contexto, o EI expandiu suas ações e obteve diversas vitórias militares, passando a ter domínio territorial de grande parte do território iraquiano. Durante sua expansão, após a entrada do grupo na Guerra da Síria, o Estado Islâmico passou a dominar vasta faixa territorial do território sírio, se tornando a principal ameaça ao equilíbrio entre os Estados na região. Com isso, suas ações passaram a ter impacto global e a refletir nas relações entre os diversos atores internacionais. (QUINTELLA, 2017, p.1)

2.1 FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DOS PAÍSES DO OM

Para que se possa entender a formação e as motivações de grupos extremistas, bem como seus reflexos nas relações internacionais no Oriente Médio, é necessário entender como se deu a configuração dessa região ao longo do século XX. Para isso, vamos focar os antecedentes históricos do Oriente Médio a partir do fim do Império Otomano.

2.1.1 FIM DO IMPÉRIO OTOMANO

Segundo COSTA (2012): “O declínio do Império Turco-Otomano (Figura 1), com o fim da Primeira Guerra Mundial, possibilitou à França e à Inglaterra que impusessem seu poder sobre grande parte do Oriente Médio”. Para isso, a prioridade geoestratégica britânica era na metade leste da região enquanto a prioridade francesa era na região oeste. Apenas nesse período, a França conseguiu obter o controle direto de territórios do antigo Império Otomano fora do norte da África, apesar das tentativas anteriores para obter influência nas regiões dos atuais Líbano e Síria em diversas ocasiões durante o Século XIX.

Quadro 1 – Império Otomano

Fonte: GGN

AUSTRO-HUNGARIAN EMPIRE
RUSSIAN EMPIRE
autonomous 1817; independent 1878
BESSARABIA
to Russia 1878
Crimea
ITALY
BOSNIA HERZEGOVINA annexed by Austria-Hungary 1908
Belgrade
ROMANIA
Bucharest
autonomous 1859; independent 1878
SERBIA
MONTENEGRO independent 1878
Sofia
autonomous 1878; independent 1908
BULGARIA
Black Sea
Tirana
ALBANIA independent1912
Adrianople
Constantinople (Istanbul)
Sinop
Samsun
Trabzon
Tiflis
Kastamonu
ANATOLIA
Bursa
Kars
ARMENIA
Erivan
independent 1918–20
GREECE independent 1830
Kutahya
Angora
Sivas
Erzurum
TURKEY
Smyrna
Afyon
Kayseri
Bitlis
Van
Tabriz
Konya
Diyarbakir
Athens
Antalya
Adana
Urfa
Malta British
TUNIS French protectorate 1881
Alexandretta
SYRIA British occupation 1918; French mandate 1920
Mosul
Aleppo
Kirkuk
Dodecanese occupied by Italy, 1912
Hama
Zor
Crete to Greece 1898
Cyprus to Britain 1878
Homs
Kermansh
Mediterranean Sea
Damascus
Haditha
Acre
IRAQ Hashemite kingdom under British mandate 1920
Haifa
Baghdad
Jaffa
Amman
Hilla
TRIPOLITANIA to Italy 1911
Benghazi
British occupation 1917; British mandate 1920
PALESTINE
Jerusalem
Najaf
Euphrates
CYRENAICA to Italy 1911
Gaza
Alexandria
Suez
TRANS-JORDAN under British rule 1923
Basra
ALGERIA French
Cairo
KUWAIT British protectorate 1899
FEZZAN to Italy 1911
Hail
Asyut
Ottoman 1875; occupied by Saudis 1913
EGYPT independent dynasty under Muhammad Ali 1805; occupied by Britain 1882; British protectorate 1914
HEJAZ
Medina
NEJD
Riyadh
under Saudi family from 1746; subdued by Egypt 1812–20; Saudi control over most of Ara peninsula established by 1926
Aswan
Red Sea
FRENCH WEST AFRICA
Nile
Jedda
Mecca
1 The Ottoman empire, 1798–1923
Ottoman empire, 1798
lost by 1886
lost by 1914
eastern limit of nominal Ottoman control, 1913
frontiers, 1914
lost by 1920
Ottoman empire under the Treaty of Sèvres, 1920
Turkey under the Treaty of Lausanne, 1923
Port Sudan
ANGLO-EGYPTIAN SUDAN ruled from Egypt 1820; indigenous rule under Mahdist regime 1882; Anglo-Egyptian condominium 1898
Omdurman
Khartoum
ERITREA to Italy 1889
Sa'ana
YEMEN independent 1918
ADEN British influence 1839; British protector 1886
ABYSSINIA (ETHIOPIA)
Aden

Os interesses econômicos e estratégicos da França e da Inglaterra no Oriente Médio iniciaram após a abertura do Canal de Suez, que poderia permitir a esses dois países acesso rápido à Índia e às demais possessões asiáticas. Após a Primeira Guerra Mundial, com o fim do Império Otomano, e conforme os acordos de Sykes-Picot, que estabeleceu as áreas de influência desses países no Oriente Médio, franceses e ingleses passaram a administrar a ampla área anteriormente ocupada pelos otomanos, com o consentimento da Liga das Nações. (COSTA, 2012)

Assim, o fim do Império Otomano abriu espaço para o surgimento de nova realidade política no Oriente Médio, sob a forte influência da França e da Inglaterra. As delimitações das áreas de influências foram definidas antes mesmo do final da Primeira Guerra Mundial, através dos Acordos Sykes-Picot.

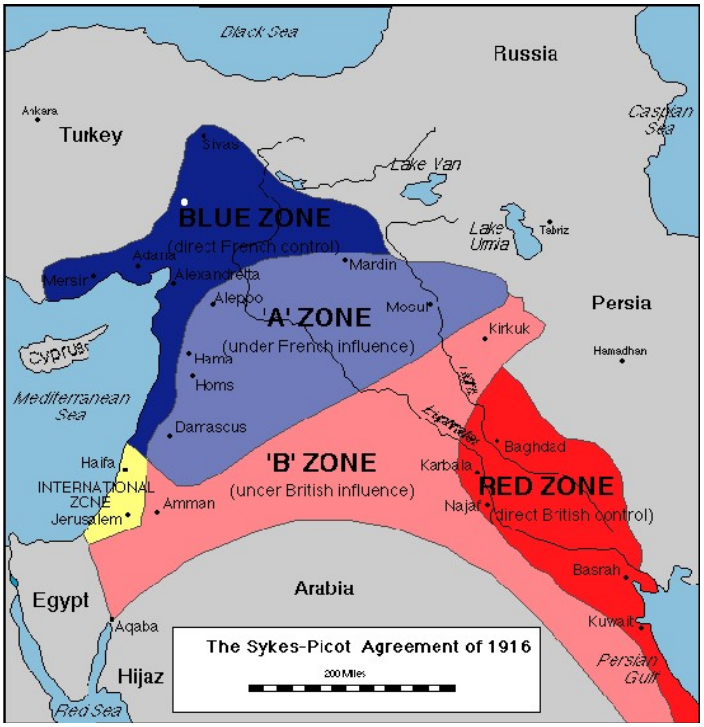
Os Acordos Sykes-Picot, de 16 de maio de 1916, foram acordos secretos entre os governos inglês e francês que definiram as suas respectivas áreas de influência no Oriente Médio, a serem estabelecidas após a vitória sobre o Império Otomano na Primeira Guerra Mundial. Nesses acordos foram estabelecidos os limites que ainda permanecem na maior parte da fronteira comum entre a Síria e o Iraque. (GAZETA, 2014)

Esses acordos foram negociados, durante meses, entre dois diplomatas: Sir Mark Sykes (1879-1919), representando a Grã Bretanha e François Georges-Picot (1870-1951) representando a França. Esses diplomatas foram encarregados de estabelecer os limites da Arábia britânica e da Síria Francesa, em uma negociação secreta que levou meses de discussões. (FARHAT, 2017)

Conforme Farhat (2017), as linhas de demarcação delimitaram as zonas de influências como segue:

1- Zona Azul francesa, de administração direta (Líbano até Anatólia);
2- Zona Árabe A, de influência francesa (Síria do Norte e Província de Mossul);
3- Zona Vermelha britânica, de administração direta (Mesopotâmia e Kuwait);
4- Zona Árabe B, de influência britânica (Síria do sul, Jordânia e Palestina); e,
5- Zona Castanha, de administração internacional por França, Grã Bretanha e Rússia (compreendendo: São João d'Acre, Haifa e Jerusalém)

Com isso, foram estabelecidas as zonas de influências do Reino Unido e da França no OM:



QUADRO 2 - Acordos Sykes-Picot Fonte: Jewish virtual library

Nos acordos de Sykes-Picot, houve a troca de notas entre os dois governos, e não propriamente a assinatura de um documento entre os dois países. Estes acordos foram selados na nota de Sir Edward Grey (1862-1933), Secretário do Foreign Officea Paulo Cambon (1843-1929) e Embaixador da França em Londres, em 16 de maio de 1916. (FARHAT, 2017)

A dissolução do Império Otomano ocorreu em 1918, após a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Nesse período, no território do Império, viviam judeus, gregos (na costa da Turquia), árabes nômades, sírio-libaneses, curdos, coptas, palestinos, iemenitas e italianos na região do Egito. (GGN, 2014)

Em 1920 foi assinado o Tratado de Sevrès, que reconhecia o fim do Império Otomano, um Estado que garantiu meio milênio de relativa estabilidade no Oriente Médio. O Império Otomano englobava os atuais Turquia, Síria, Líbano, Península Arábica e Egito, a Líbia (até 1911), os Vilayets de Mossul, Bagdah e Basra, hoje o Iraque, a Palestina, a Transjordânia e o Iêmen. (GGN, 2014)

Após a abdicação do último Sultão Mehemed VI, foi implantada uma República, controlada pelo Exército, na região da atual Turquia, que continua sendo um país chave no Oriente Médio. Atualmente, a Turquia é próspera e geopoliticamente forte na região mais conturbada do planeta, fazendo fronteira com dois cenários convulsos, a Rússia e a Síria. (GGN, 2014)

A partilha do território do Império Otomano foi um acontecimento político ocorrido depois da Primeira Guerra Mundial que envolveu a divisão em diversos novos Estados do imenso conglomerado de territórios e povos governados até aquela data pelo sultão otomano. (HELMREICH, 1974)

De acordo com Rodrigues (2015): “A partilha dos antigos territórios otomanos no Oriente Médio trouxe como consequência uma nova configuração política e territorial para a região, que modificou de forma significativa o status quo regional e criou uma série de fatores que mudariam a visão do islamismo das sociedades ocidentais, o que trouxe consequências até os dias atuais.”

O novo mapa do Oriente Médio foi consolidado após a assinatura do Tratado de Sévres, o qual estabeleceu que os antigos territórios otomanos na região passassem a ser gerenciados por ingleses e franceses. Com isso, Inglaterra assumiu o mandato sobre a Palestina e a Mesopotônia (atual Iraque) e a Síria e o Líbano ficaram sob influência francesa. A Arábia Saudita se tornou independente, porém permaneceu na zona de influência da Inglaterra. O Império Otomano foi extinto e deu lugar à República da Turquia. (BRAGA, 2016)

Segundo GGN (2015):

> fim do Império Otomano significou o fim de quatro séculos de paz e ordem política no Oriente Médio. O Sultão de Constantinopla, a "Sublime Porta", tolerava etnias, povos diversos, tribos, clãs, sistemas de governança, de todos os tipos e valores, a única obrigação era pagar o tributo ao Sultão. Cristãos, judeus, xiitas, sunitas, coptas, drusos, gregos ortodoxos, conviviam dentro das fronteiras do Império sem maiores conflitos. Com o fim do Império Otomano os vencedores da Grande Guerra representados pela Liga das Nações dividiram a governança do espólio do Império entre a França e a Inglaterra através de mandatos da Liga.

2.1.2 SISTEMA DE MANDATOS

Após a dissolução do Império Otomano, o Reino Unido manteve o domínio da província otomana da Mesopotâmia (atual Iraque) e da parte sul da província otomana da Síria (Palestina e Jordânia), enquanto a França manteve o controle do resto da Síria Otomana (os atuais Síria, Líbano e a província de Hatay, que hoje pertence à Turquia) durante os dois anos que se seguiram ao fim da Guerra, em

1918. Nesse período, foram seguidos os termos estabelecidos, antes do fim do conflito, nos acordos de Sykes-Picot. (FIELDHOUSE, 2006)
Apenas durante os primeiros anos da década de 1920, os controles britânico e francês desses territórios foram formalizados pela Liga das Nações. Com esse ato, foi estabelecido o "sistema de mandatos". Assim, em 26 de setembro de 1923, foi atribuído ao Reino Unido o Mandato Britânico da Palestina, e, em 29 de setembro de do mesmo ano, foi atribuído à França o Mandato da Síria, que incluiu a região Líbano atual e a província de Hatay em adição à região da Síria atual. (FIELDHOUSE, 2006)
O mandato francês iniciou com a ocupação da Síria e do Líbano por tropas comandadas pelo General Henru Gouraud, Alto Comissário em nome da Liga. (GGN, 2015)
Em relação à legitimidade dos mandatos, conforme GGN (2015):

> A ocupação do Líbano com sua grande população maronita de fé cristã não criou maiores embaraços, os cristãos viam nos franceses, desde as Cruzadas, seus protetores contra os muçulmanos. Já a ocupação da Síria não foi tão pacifica, um território conflitivo desde os tempos do Império Romano por fortes divisões religiosas.

O Mandato francês da Síria terminou em 1943, quando a Síria e o Líbano se tornaram independentes. Já a região de Hatay deixou de fazer parte do Mandato após formalizar sua união com a Turquia em 1939, através de um referendo. As Forças Francesas Livres deixaram definitivamente a região do antigo Mandato em 1946. (FIELDHOUSE, 2006)
O domínio da Inglaterra sob o Iraque não ocorreu de forma pacífica. O controle inglês nesse país foi caracterizado pela série de enfrentamentos contra nacionalistas que lutavam pela independência iraquiana. Essa resistência resultou, em 1932, na independência política do Iraque em relação à Inglaterra. Porém, mesmo após a independência, o Iraque continuou sofrendo forte influência inglesa até o fim da Segunda Guerra Mundial, através de relações entre o governo inglês e a monarquia real iraquiana. (RODRIGUES, 2015)
Já o Mandato Britânico da Palestina foi formalmente confirmado pelo Conselho da Liga das Nações em 1922, e entrou em vigor em 26 de setembro de 1923. Esse mandato formalizou o domínio Britânico na porção sul da Síria Otomana no período compreendido entre 1923 e 1948. Assim, em 1922, com o consentimento da Liga das Nações, o Reino Unido dividiu esse território em duas áreas administrativas, com a Palestina, a oeste e a Transjordânia a leste do Rio Jordão. (YALE, 2008)
Durante a vigência do Mandato na Palestina, aumentou consideravelmente o fluxo de judeus para essa região e, consequentemente, houve incremento da presença judia na Palestina. Nesse contexto, passou a ocorrer grande pressão dos judeus para a criação de um Estado Judeu na região da Palestina histórica. Esse fato aumentou a instabilidade na região e gerou insatisfação nos países árabes vizinhos. (BRASIL, 2014)
O surgimento do Estado de Israel nessa região marcou o início de uma série de conflitos entre árabes e judeus, tendo em vista a insatisfação dos países árabes vizinhos. Esse fato colaborou para o cenário de instabilidade que passou a caracterizar o OM a partir da segunda metade do século XX. Segundo BRASIL (2014):

> "Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a pressão pela descolonização, a Grã Bretanha iria se retirar da Palestina, assim que terminasse o Mandato. Os países árabes não aceitavam a resolução da ONU que partilhava a região e criava dois Estados, um palestino e um judeu, além de transformar

> Jerusalém em uma cidade neutra. A retirada britânica apresentava um cenário pronto para a guerra."

2.1.3 PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO DO OM

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a maior parte dos antigos poderes coloniais europeus procurou manter seus impérios coloniais na África e no Oriente Médio, mesmo com o desgaste oriundo do período de guerra. Esse fato criou diversos problemas políticos e econômicos nas colônias, além de reflexos negativos nos anos seguintes. Nesse período, o Oriente Médio estava dividido entre França e Grã-Bretanha, que controlavam a região conforme os mandatos estabelecidos pela Liga das Nações, após a dissolução do Império Otomano, no fim da Primeira Guerra Mundial. (BRASIL, 2014)

Além disso, o contínuo movimento migratório de judeus para a região do recém criado Estado de Israel causou insatisfação da comunidade árabe e serviu como motivador para conflitos na região da Palestina. Segundo BRASIL (2014): "A área controlada pela Grã-Bretanha era o Mandato Britânico para a Palestina e a Transjordânia, que desde a década de 1880 tornou-se uma área problemática, com a constante migração judaica."

O projeto para descolonização do Oriente Médio era baseado na criação de nações árabes mantendo a influência europeia sobre elas. Nesse período, a questão do petróleo se tornou mais relevante, devido ao consumo cada vez maior desse recurso pelos países ocidentais. Um dos principais palcos da Segunda Guerra Mundial, entre o Eixo e os Aliados, ocorreu no Norte da África. O objetivo comum de ambos os lados era o obter o controle sobre os recursos do Oriente Médio, principalmente petróleo. (BRASIL, 2014)

Nesse período, a formatação atual do Oriente Médio começou a se consolidar, na medida que países, como Síria e Líbano, se tornaram independentes, e outros já independentes, como o Iraque, passaram a ter mais autonomia. Segundo BRASIL (2014):

> No território controlado pela França, tornaram-se independentes a Síria e o Líbano, ao passo que no território britânico várias nações já eram independentes no papel, porém, ainda continuavam sobre controle inglês, como Iraque e Egito. Da retirada britânica do Oriente Médio, surgiu a Jordânia e Israel, que travou guerra contra todos os países árabes vizinhos, vencendo e conquistando sua independência.

Dessa forma, gradativamente os países do Oriente Médio passaram a se tornar mais autônomos e menos influenciados pelos países ocidentais. Em relação à Síria, segundo Rodrigues (2015), esse país, o qual era administrado pela França desde o fim da Primeira Guerra Mundial, se tornou uma república parlamentar independente em 1946.

Apesar de ter se tornado independente em 1932, o Iraque continuou como zona de influência da Inglaterra até o fim da Segunda Guerra Mundial. Após a guerra, a influência inglesa no Iraque foi substituída pela americana, situação que permaneceu estável até a década de 1970, quando o governo iraquiano passou a se aproximar da União Soviética e da França. (RODRIGUES, 2015)

2.1.4 QUESTÃO PALESTINA E A INDEPENDÊNCIA DE ISRAEL

Segundo Arruda (2007): "Desde o começo do século XX, colonos judeus provenientes da Europa oriental vinham se instalando na Palestina, onde formaram em 1909 um kibutz. Entre 1936 e 1939, entraram em guerra com as comunidades árabes ali existentes." Os kibutz eram pequenas comunidades israelenses economicamente autônomas com base em trabalho agrícola ou agroindustrial.

Desde esse período até os dias atuais, a disputa entre árabes e israelenses foi causa de diversos conflitos e fomentou surgimento de movimentos radicais fundamentalistas islâmicos na região do Oriente Médio.

A migração de judeus para a região da Palestina foi estimulada pelo movimento sionista fundado por Theodore Herzl no final do século XIX. Segundo Fromkin (1989), a ideologia sionista na Europa no século XIX converteu a visão messiânica dos judeus do futuro retorno a Sião em um programa político contemporâneo da existência de um país independente próprio para abrigar os judeus.

Na Europa oriental, o status inferior, as perseguições, os massacres frequentes e as expulsões repetidas de um país depois do outro reforçaram o senso de identidade separada e de destino especial dos judeus. Esse fato, aliado ao crescimento do movimento sionista, contribuiu para o rápido crescimento da população judaica na região da Palestina. (FROMKIN, 1989)

No período anterior à Segunda Guerra Mundial, houve grande aumento do fluxo migratório de judeus para a região da Palestina. Segundo Pinto (2017):

> A intensa perseguição nazista aos judeus na década de 1930 foi mais um estímulo para o deslocamento de contingentes judeus para a região. Entretanto, a Inglaterra proibiu a entrada de novos colonos judeus na região, fomentando a imigração ilegal. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o saldo de 6 milhões de judeus mortos no chamado holocausto, houve a ampliação da campanha sionista.

A expansão do povo judeu na Palestina levou vários países do Oriente Médio se unirem para criar a Liga Árabe em 1945. Dois anos depois, a Organização das Nações Unidas (ONU) iniciou trabalhos para estabelecer dois Estados distintos na região da Palestina, um para os judeus e outro para os palestinos. (ARRUDA, 2007)

O passo inicial para a fundação do Estado de Israel ocorreu com a decisão do governo inglês de submeter a questão da Palestina à recém criada Organização das Nações Unidas (ONU). Devido à gravidade da situação e à rejeição de um acordo entre judeus e palestinos, a ONU, após vários estudos sobre o tema, recomendou a divisão da Palestina em um Estado Judeu e um Estado Palestino, além da internacionalização de Jerusalém. A proposta ainda previa a divisão da região da Palestina com aproximadamente 55% da área para os judeus e o restante da área para os palestinos. (GUNNEWEG, 2005).

Em 29 de novembro de 1947, a ONU, em Assembleia Geral presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha, aprovou o plano de Partilha da Palestina (Resolução 181), com a criação de um Estado judeu e um Estado árabe. Essa divisão da Palestina, a qual estabeleceu formalmente o Estado Judeu, foi rejeitada unanimemente pelos Estados Árabes do Oriente Médio, os quais ameaçaram iniciar guerra com o objetivo de expulsar os judeus da região. Esse fato favoreceu o sentimento de revolta do mundo árabe contra os países ocidentais que apoiaram o movimento sionista no Oriente Médio, além de fortalecer o fundamentalismo islâmico na região. (GUNNEWEG, 2005)

Logo após a decisão da ONU, ainda durante o período de desmobilização do mandato britânico, a violência contra os judeus cresceu na região, com a ocorrência de vários ataques e atentados aos seus assentamentos. A forte resistência árabe à criação do Estado Judeu causou aumento da instabilidade nessa região que, aliada à passividade inglesa aos conflitos em sua fase de desmobilização, criaram as condições favoráveis para o início dos conflitos Árabe-Israelenses. (GUNNEWEG, 2005).

Segundo Arruda (2007), a decisão da ONU previa a criação de um Estado Palestino na região da Palestina histórica, além do Estado judaico. Com isso, em 14 de maio de 1948, foi criado o Estado de Israel. Por outro lado, o Estado Palestino não se consolidou plenamente até a atualidade. Esse contexto contribuiu para as sucessivas crises regionais nos anos seguintes ao surgimento de Israel, que causaram instabilidade e transpassam fronteiras, para um cenário de permanente tensão na região e para o surgimento de grupos radicais.

Imediatamente após a criação do Estado de Israel, os árabes entraram em guerra contra os judeus sionistas estabelecidos na região da Palestina. Segundo Morris (2008), a guerra árabe-israelense começou em 15 de maio de 1948 e terminou após diversos acordos de cessar-fogo entre israelenses e árabes, firmados entre os meses de fevereiro e julho de 1949. A guerra foi declarada pelos países árabes do Oriente Médio, os quais haviam rejeitado a Resolução 181 das Nações Unidas. Nessa resolução constava a decisão da ONU, segundo a qual a região da Palestina, ainda sob o mandato britânico, seria dividida em um Estado árabe e um Estado judeu. Os confrontos bélicos entre árabes e judeus tiveram início no dia seguinte à criação do Estado de Israel, em 15 de maio de 1948. Nesse conflito, exércitos árabes combinados do Egito, da Síria, do Iraque, da Jordânia, do Líbano e da Arábia Saudita atacaram Israel por três frentes diferentes.

Israel, contando com forte apoio dos EUA, obteve a vitória militar sobre os países árabes, ocupando os territórios da Galileia, o Deserto de Neguev e a Cisjordânia, a oeste do rio Jordão. Além disso, houve a divisão de Jerusalém em duas partes, na qual a porção ocidental passou a integrar o território de Israel, e a porção oriental, como parte da Jordânia. A Faixa de Gaza ficou sob o comando do Egito. (PINTO, 2017)

Segundo Morris (2008), após a vitória militar, os israelenses ampliaram o seu território por uma área de 20 mil km², correspondente a 75% da região da Palestina. O território restante foi ocupado pela Jordânia, que anexou a Cisjordânia, e pelo Egito, que ocupou a Faixa de Gaza.

A guerra árabe-israelense provocou o deslocamento de aproximadamente 900 mil palestinos, que deixaram as áreas incorporadas por Israel. Segundo Pinto (2017) a principal consequência da Primeira Guerra Árabe-Israelense, além da incorporação de território pelo Estado de Israel, foi a expulsão de quase um milhão de palestinos das terras conquistadas. Esse fato deu origem à chamada Questão Palestina, que se trata da busca, pelos palestinos, pela recuperação dos territórios perdidos para os judeus. (PINTO, 2017)

A situação dos refugiados palestinos permanece sem solução até os dias atuais. Hoje, segundo a Agência da ONU para os Refugiados Palestinos (UNRWA), o número de refugiados palestinos que vivem nos territórios ocupados, Líbano, Síria e Jordânia está próximo de cinco milhões. De acordo com estatísticas oficiais da UNRWA, o número de refugiados palestinos dos territórios ocupados por Israel no Líbano, na Síria e na Jordânia é de 4,8 milhões, o que representa 43,4% do número total de palestinos que vivem no mundo todo. Essa diáspora palestina gerou no Oriente Médio grande antagonismo do mundo árabe em relação aos judeus e aos países ocidentais. Esse fato contribuiu para o crescimento do fundamentalismo islâmico e para o surgimento de grupos terroristas islâmicos.

As vitórias militares de Israel, a não consolidação do Estado da Palestina, a construção da hegemonia militar israelense ao longo dos anos de conflito, os assentamentos judaicos na região da Palestina, a ocupação de Jerusalém Oriental e a situação dos refugiados palestinos favoreceram o surgimento de ambiente de

antagonismo entre Israel e os países árabes vizinhos. O acordo de Camp David e a nova postura do Egito em relação a Israel abriram campo para o diálogo e para a paz entre árabes e judeus, porém os extremismos de ambas as partes não permitiram o estabelecimento da paz na região. Com isso, a partir desses fatos, nova forma de atrito se iniciou sob a forma do extremismo e do fundamentalismo tanto árabe quanto judaico. (COSTA, 2012)

2.1.5 REVOLUÇÃO ISLÂMICA NO IRÃ

A Revolução Islâmica no Irã alterou as relações internacionais entre diversos atores relevantes no Oriente Médio. Além disso, teve significativa relevância no cenário internacional por ter colocado nesse país os dogmas da religião islâmica acima de todos os demais. (JUNIOR, 2018)

Segundo Júnior (2018), na década de 1970, o Irã era governado pelo Xá Reza Pahlevi**,** o qual governava de forma centralizada e totalitária. No poder desde a década de 1940, o líder iraniano era criticado fortemente na expressão econômica. Porém, as principais críticas ao seu governo se davam devido ao modo autoritário com o que conduzia a política no país.

Na década anterior à Revolução Islâmica, em 1963, iniciou a Revolução Branca, com o objetivo de realizar a ocidentalização no Irã. Esse fato não contou com o apoio dos líderes religiosos iranianos, os quais detinham grande influência sobre a população. Com isso, o Xá ficou conhecido como “inimigo do islã”, pois os religiosos entendiam que a ocidentalização infringia costumes islâmicos considerados sagrados. O clérigo islâmico iraniano mais influente nesse período era o Aiatolá Ruhollah Khomeini, que foi preso e exilado entre os anos de 1965 a 1978, no Iraque e na França. (RODRIGUES, 2015)

Mesmo exilado em Paris, o Aiatolá Ruhollah Khomeini comandou as forças de oposição ao governo do Xá, defendendo reformas sociais e econômicas no Irã, além de recuperar os valores religiosos e tradicionais do islamismo. A aversão aos valores ocidentais fortaleceu o fundamentalismo islâmico no Irã e fez crescer o antagonismo em relação à monarquia autoritária do Xá, a qual possuía grande afinidade com o Ocidente. (JUNIOR, 2018)

A década 1970 foi período de relativa estabilidade no Irã, devido, principalmente, aos ganhos econômicos, pela valorização do petróleo, obtidos após o primeiro choque do petróleo de 1973. Porém, esse período favorável da economia iraniana não trouxe vantagens significativas para a população em geral. Assim, os discursos populistas do Aiatolá Khomeini, que ainda se encontrava no exílio, passaram a ter mais relevância perante a população, principalmente nas camadas mais pobres, e reforçaram os movimentos contra o Xá. Com isso, foi iniciada uma série de manifestações contra o governo em busca de melhores condições pela população. A violenta repressão a essas manifestações aumentou ainda mais a insatisfação popular. (RODRIGUES, 2015)

Após intensas manifestações, o Xá Reza Pahlevi renunciou, em janeiro de 1979. Após a renúncia, o Xá foi sucedido pelo primeiro ministro de seu governo, o qual também abdicou no mês seguinte, no mesmo período em que Aitolá Khomeini retornou do exílio. Segundo Rodrigues (2015): “A Revolução Islâmica ocorrida nos meses seguintes colocou no poder o Aiatolá Khomeini, trocando uma monarquia autocrática pró-ocidente por uma república islâmica teocrática.”

A nova ordem estabelecida pelo governo, assumida pelo novo governante do Irã, foi extremamente radical. Além do rompimento com a ocidentalização, foram adotadas novas leis baseadas no islamismo. Além disso, americanos foram tomados como reféns na embaixada dos Estados Unidos em Teerã, após ação de militantes

radicais islâmicos. Nesse ato, o Irã decretou o fim das relações com os Estados Unidos e com o restante das potências ocidentais. (JUNIOR, 2018)

2.1.6 OUTROS CONFLITOS NO FINAL DO SÉCULO XX

A Revolução Islâmica no Irã alterou as relações desse país com o Ocidente e trouxe temores de uma possível expansão da revolução xiita para outros países, especialmente o Iraque, que possuía maioria xiita em sua população. No ano seguinte à chegada dos xiitas ao poder, Sadam Hussein, presidente do Iraque e integrante da minoria sunita iraquiana, rompeu relações diplomáticas e invadiu o Irã, iniciando o conflito Irã-Iraque. Nesse conflito, os países árabes sunitas apoiaram o Iraque, como Arábia Saudita e Kwait. Além desses, o Iraque foi apoiado por países ocidentais, principalmente os EUA, que temiam a expansão do islamismo xiita para o restante do Oriente Médio. Já o Irã ficou isolado internacionalmente nesse conflito, sendo apoiado apenas pela Síria. (RODRIGUES, 2015)

O conflito Irã-Iraque alterou ainda mais as relações do Irã com os demais países, causando rompimento diplomático total com as potências Ocidentais e as aproximações com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com a China e com a Síria. Conforme Rodrigues (2015):

> Esse conflito se prolongou por longos oito anos e acabou com a assinatura de um armistício, no qual nenhum dos contendores obteve alguma vantagem palpável. A guerra significou para o Irã um desastre financeiro e humano, o que impactou em uma possível escalada xiita no Oriente Médio.

Segundo Junior (2018), durante a Guerra Fria, o Irã se posicionou contra os EUA e contra a URSS. Devido ao novo regramento jurídico, baseado em doutrinas religiosas, tanto capitalistas quanto socialistas eram considerados infiéis em relação às leis islâmicas. Porém, ao longo dos anos, os diversos antagonismos com os EUA levaram o Irã a se aproximar da URSS e, após sua dissolução, da Rússia.

Após a morte do Aiatolá Khomeini em 1989, assumiu o poder Aiatolá Ali Khamenei, o qual assumiu a função de novo guardião da fé islâmica xiita no Irã. Nos anos seguintes, o Irã foi acusado de financiar o terrorismo internacional, devido aos apoios financeiros e militares a grupos como o Hezbollah, no Líbano e o Hamas, na Palestina. Essa condição ficou mais evidente após os atentados de 11 de setembro de 2001, quando o presidente dos Estados Unidos relacionou o país, juntamente com o Iraque e com a Coréia do Norte, como o “Eixo do Mal”. Esse fato levou o Irã a se aproximar mais ainda da Rússia e da China. (RODRIGUES, 2015)

Outro relevante país do Oriente Médio é o Iraque. O Iraque é um dos países mais populosos do Oriente Médio, sendo superado apenas pela Turquia e pelo Irã. Quase toda população iraquiana é islâmica, sendo que a maioria desses são xiitas, os quais totalizam aproximadamente dois terços dos islâmicos no país. Em relação à etnia, a população é composta por maioria árabe (80%). Além disso, parcela considerável dos iraquianos são curdos (15%), os quais vivem majoritariamente na região Norte do país. Após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu período de instabilidade política no Iraque, devido a seguidos golpes de estado e ao envolvimento desse país nas guerras contra Israel (Seis Dias, de 1967 e Yom Kippur, de 1973), que culminou na ascensão ao poder, em 1968, do Partido Baath. A partir desse momento, assumiram o poder no Iraque o presidente General Ahmed Hassan al-Bakr e seu vice, Saddam Hussein. Em 1979, o vice-presidente sunita Saddam Hussein assumiu o poder no Iraque, permanecendo na liderança desse país até 2003, quando foi deposto. (RODRIGUES, 2015)

Segundo Rodrigues (2015), Saddam Hussein preencheu os altos cargos da administração do governo iraquiano com pessoas do ramo sunita, fato que causou

insatisfação da maioria da população xiita do país. Com isso, surgiram diversos movimentos contestatórios os quais foram reprimidos de forma violenta pelo governo iraquiano e causaram antagonismos que permanecem até os dias atuais nesse país.

A Arábia Saudita é o maior país árabe da Ásia, constituindo a maior parte da Península Arábica. O Reino da Arábia Saudita foi fundado por Abd al-Aziz Al Saud em 1932, após sua unificação. Desde sua criação, o sistema político na Arábia Saudita é de monarquia absoluta teocrática islâmica, governada pela dinastia Saud. Esse país pode ser classificado como potência regional do Oriente Médio, onde disputa zonas de influência com o Irã. (WYNBRANDT, 2004)

Os sauditas se consideram guardiões das tradições sunitas do alcorão, e seu regime político é baseado em uma forma de fundamentalismo religioso islâmico chamado wahabismo. Essa ideologia religiosa é a mesma que inspira grupos fundamentalistas extremistas islâmicos como Al Qaeda e o Estado Islâmico, fato que levou, em diversas ocasiões, ao alinhamento entre o governo saudita e esses grupos. (SOARES, 2016)

Existe grande presença da população curda em diversos países do Oriente Médio. Os curdos são uma etnia, de aproximadamente 30 milhões de pessoas, nativa da região que abrange parte da Turquia, Síria, Iraque, Irã, Armênia e Geórgia, a qual é denominada de Curdistão. A maioria dessa população é de religião islâmica e sunita. Atualmente, quase metade do povo curdo está concentrada na porção sudeste da Turquia. A população curda que vive na Turquia tenta obter sua independência desde a década de 1920, porém não obtiveram êxito devido à ação do governo turco. Na década de 1970, com o surgimento do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), ocorreu o aumento dos movimentos pela criação de um estado curdo na região da Turquia. Desde 1984, o PKK tem estabelecido luta armada contra o governo turco para a criação de um Curdistão autônomo. A atuação dos setores mais radicais do partido, de forma violenta contra alvos turcos, para obtenção da independência do Curdistão, fez com que o PKK passasse a ser considerado uma organização terrorista pela Turquia e pela maioria dos países ocidentais. (RODRIGUES, 2015)

Segundo Rodrigues (2015), no Iraque, as reinvindicações de independência dos curdos que viviam na porção norte do país foram duramente reprimidas nas décadas de 1980 e 1990, inclusive com utilização de armas químicas.

A Síria é um dos países mais relevantes do Oriente Médio. Damasco, capital síria, é uma das cidades mais antigas da história da humanidade. Segundo Rodrigues (2015):

> A Síria possui uma população de quase 22 milhões de pessoas, sendo 90% da etnia árabe e o restante curdos e armênios. No campo religioso, 90% da população é islâmica e o restante católico. Os muçulmanos sunitas são quase três quartos da população e o restante xiita, alauíta (ramo minoritário do xiismo) e druso. Os alauítas, apesar de serem apenas 15% da população, ocupavam os principais postos da política, alta administração e, principalmente, das Forças Armadas sírias. A dominação das Forças Armadas por alauítas foi um longo processo ocorrido entre as décadas de 1950 e 1960 e foi um importante fator para o fortalecimento dessa corrente minoritária síria.

Após sua independência, principalmente entre as décadas de 1950 e 1960, a Síria enfrentou um período turbulento na sua política interna, devido a diversos golpes de estado. Em 1962, esses eventos culminaram na decretação de Estado de Sítio nesse país, com suspensão de direitos e garantias individuais da população, e que dura até a atualidade. No ano seguinte, em 1963, o Partido Baath assumiu o poder

na Síria e passou a executar diversas transformações econômicas, administrativas, educacionais e sociais, com o objetivo de modernizar o país. Em relação à política externa, houve estreita aproximação do governo sírio com a União Soviética, com o estabelecimento de diversos contratos militares. Em 1970, o golpe de estado liderado pelo Chefe da Força Aérea Síria, Hafez al-Assad, de ascendência alauíta, marcou o início do domínio da dinastia que governa a Síria até a presente data. (RODRIGUES, 2015)

A Turquia é um dos principais atores do palco de relações internacionais no Oriente Médio devido à sua relevância no contexto regional. Segundo Rodrigues (2015):

> A moderna Turquia surgiu após as Guerras de Independência de 1919 a 1923, quando um grupo de militares nacionalistas liderados por Mustafa Kemal Atatürk, herói turco na Grande Guerra, conseguiu, criar uma nova república e obter o reconhecimento internacional por intermédio de uma série de combates contra gregos, franceses e armênios.

Após assumir o poder, o governo de Atatürk implementou amplas reformas econômicas e socioculturais que tinham por finalidade moldar a Turquia ao novo regime nos moldes dos países ocidentais. Com isso, a Turquia passou a ser estado secular moderno, com igualdade de gêneros, no qual homens e mulheres passaram a ter os mesmos direitos legais, inclusive em relação ao direito de voto. Com essas reformas, a Turquia passou a adotar nova legislação, com novos códigos penal e civil, ambos baseados nos modelos adotados nos países ocidentais. Além disso, a educação foi estatizada e o ensino islâmico foi abolido nas escolas. Nos anos seguintes, o país passou a adotar o alfabeto ocidental. (RODRIGUES, 2015)

Até a primeira metade do século XX, a Turquia ainda era República Monopartidária. O multipartidarismo adotado nos anos seguintes aumentou os conflitos entre seculares, islâmicos e militares, o que desencadeou os golpes militares de 1960, 1971, 1980 e de 1997. Essas disputas pelo poder na Turquia têm reflexos até os dias atuais, principalmente em relação aos questionamentos sobre a laicidade ou islamização do governo e da sociedade turca. (RODRIGUES, 2015)

3 **METODOLOGIA**

A pesquisa proposta neste trabalho buscou por meio do uso de diversas fontes, tentar expor o problema e atingir o objetivo de estudo proposto e dar subsídios para uma conclusão acerca do processo de formação dos grupos extremistas e/ou terroristas originários do Oriente Médio e da África tendo como escopo a prevenção contra ameaças no território brasileiro.

Assim, seguindo a Taxionomia de Vergara (2008), por meio de uma pesquisa qualitativa, buscou-se entender os antecedentes históricos acerca dos aspectos psicossociais que envolvem a formação dos grupos extremistas e/ou terroristas originários do Oriente Médio e da África, que têm atuado nos cenários regionais e global desde o fim do século XX e nas duas primeiras décadas do século XXI, identificando suas capacidades de atuação no Brasil e implicações geopolíticas.

3.1 DINÂMICA DE PESQUISA

Tendo como escopo o ambiente de formação dos grupos extremistas e/ou terroristas originários do Oriente Médio e da África, que têm atuado nos cenários regionais e global desde o fim do século XX e nas duas primeiras décadas do século XXI, bem como o complexo meio político-religioso mundial, onde permeiam os interesses, as crenças e os valores das 3 religiões monoteístas do mundo que agregam cerca de 3.8 bilhões de adeptos no mundo (cristianismo 2.2 bilhões, islamismo 1.6 bilhões e judaísmo 15 milhões)(1), perfazendo cerca de metade da população mundial, esta pesquisa se propôs à análise de cada ator envolvido, a interação entre os fatos históricos somados aos interesses geopolíticos-religiosos dos principais atores envolvidos. Esses foram os pontos nos quais buscou-se centrar a pesquisa com foco para trazer as evidências que conduzam para uma possível solução do problema de pesquisa proposto.

Nesse mister, coletando dados por meio de leitura de artigos científicos, dissertações, livros sobre o tema proposto, pesquisa na internet, jornais e revistas, foi feita uma análise dos fatos e seus desdobramentos que possam afetar a nossa sociedade. Os dados coletados foram analisados e comparados de forma a se buscar, sob ótica prospectiva, a proteção de nossa sociedade. O surgimento de grupos extremistas não estatais tem colocado à prova os princípios vestifalianos do respeito à soberania dos estados e do ideal da Liberdade dos povos grandemente enraizado na cultura ocidental. O estudo do processo de formação e do *modus operandis* dos referidos grupos torna-se relevante no momento em que nos lança a pensar em como defender nosso território e buscar uma solução ou amenização dos ânimos, pautados em princípios de tolerância e disciplina emocional.

Por fim, tendo por base o apresentado no estudo, a conclusão procurará sinalizar uma postura à sociedade brasileira baseada numa percepção baseada na tolerância e na vocação conciliadora dos brasileiros sem descuidar da segurança e dos valores de nossa democracia laica.

4 FORMAS DE ATUAÇÃO DOS PRINCIPAIS GRUPOS EXTREMISTAS

4.1 O QUE É TERRORISMO?

Segundo COLOMBO (2016), embora sem uma definição consensual no meio acadêmico ou político global, o terrorismo apresenta alguns pontos comuns em sua manifestação como a ameaça ou o uso da violência indiscriminada, extorsão da vítima, geração de insegurança e medo, alteração da ordem pública, busca de objetivos políticos e ataques a não combatentes e civis. O terrorismo internacional afeta a estrutura e a distribuição de poder em regiões específicas ou amplas, havendo organizações que têm como alvo todo o sistema internacional, estendendo suas atividades por um significativo número de países ou áreas geopolíticas de acordo com os propósitos a serem alcançados. O terrorismo em nível global, muitas vezes associado ao extremismo islâmico, iniciou-se no Paquistão, no final da década de 1980, com a convergência de um grupo de combatentes que participou da luta contra os soviéticos do Afeganistão, favorecendo o subsequente processo de 'islamização radical' de países da região. Esta é caracterizada por um ódio ao Ocidente e a negação da assimilação de seus valores. Por outro lado, jovens mulçumanos que vivem em culturas ocidentais sentem que estão traindo seus próprios costumes e religião o que, alinhados a sentimentos de exclusão social, acabam levando a pensamentos coletivos de ódio e a propensão de cometerem atos terroristas como manifestação simbólica.

4.2 PRINCIPAIS ATORES NÃO ESTATAIS CAUSADORES DE INSEGURANÇA NA SÍRIA, IRAQUE, SOMÁLIA, NIGÉRIA, LÍBIA E MALI: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS:

Segundo COLOMBO (2016), a **Al Qaeda** transformou-se numa rede de terrorismo global, utilizando do terror como lógica com o objetivo de espalhar o medo e fazer com que as sociedades atingidas percebessem que as autoridades legais não seriam capazes de garantir sua segurança e, com isso, diminuir a credibilidade do público com relação aos seus governantes de modo a desestabilizar governos e criar sociedades melhores baseadas na lei islâmica. A Organização criou uma rede de grupos afiliados, além de simpatizantes pelo mundo todo. Estruturada em células, seus métodos de recrutamento, preparação e execução dos atos terroristas são descentralizados. Atualmente, vê-se a emergência de outro grupo que procura adquirir poder de atuação global e que também forjou uma evolução estratégica do terrorismo aliada ao problema cultural e religioso - o **Estado Islâmico** (EI).

Embora sua ideologia e retórica sejam similares às da **Al Qaeda**, à qual se manteve afiliado por um breve período, o **Estado Islâmico** não representa uma fase avançada daquele grupo, mas uma nova ameaça jihadista. Podemos admitir que o EI não seja uma organização terrorista, embora use atos terroristas como método. O EI atualmente controla um território, gerencia cerca de trinta mil combatentes, possui capacidade militar, controla a comunicação e infraestrutura do seu 'califado', financia a si mesmo por meio do contrabando de petróleo e outras atividades criminosas, e se engaja em operações militares sofisticadas com o objetivo de manter seu Estado islâmico sunita governado pela sharia e eliminar as fronteiras políticas do Oriente Médio que foram criadas pelo ocidente no século XX. Algumas diferenças podem ser percebidas entre os dois grupos.

Para a Al Qaeda, ataques de impacto, bem organizados e centralizados, atingindo grandes massas – como o 11 de setembro de 2001 – teriam prioridade. Isso demanda comando e controle centralizado da organização em todas as fases do atentado - da concepção à execução. Já o Estado Islâmico empoderou seus membros e as organizações afiliadas, dando autonomia aos que apoiam o grupo

para atacar quando sentirem necessidade e quando tiverem oportunidade. Além disto, a presença da guerra civil potencializa as ações do grupo.

Na guerra civil síria frentes jihadistas, facções islamitas e remanescentes do Exército Livre da Síria disputam território com o governo de Assad. A ausência de uma estratégia política e o fato de que nenhuma das partes do conflito possui poder militar suficiente para 'ganhar a guerra' faz com que ela já dure mais de quatro anos e provoque onda de refugiados que remonta a 2ª Guerra Mundial. A situação síria é agravada pela presença de outros atores estatais envolvidos. Após os atentados em Paris, em novembro de 2015, alguns Estados passaram a atuar enfaticamente no território ocupado pelo EI e a financiar grupos armados contrários ao grupo. A evolução da situação acabou aumentando a propensão do grupo em praticar atos terroristas que passaram a ser realizados, também, como forma de reivindicar o fim da atuação internacional e da influência religiosa cristã, judaica e islâmica xiita no território sob seu domínio.

Dessa forma, o EI tenta acabar com a coalizão liderada pelos Estados Unidos. Por outro lado, a Rússia lidera outra coalizão que foca mais no ataque à oposição do regime de Assad do que ao Estado Islâmico propriamente dito. Alguns especialistas apontaram, inclusive, que a Rússia poderia fraturar a coalizão liderada pelos EUA. Com isso, seria ampliado o espaço para atuação de atores contrários ao Ocidente no Oriente Médio, como o Irã e o Hezbollah, polarizando a região de tal forma que o EI continuaria a atuar.

O Estado Islâmico conseguiu criar o que nenhum outro grupo salafista alcançou até hoje, uma forte fidelidade diante do lema *baqia wa tatamadad* - Permanecer e Expandir. Apesar de ainda se manter, essa narrativa se torna mais frágil conforme aumentam as perdas territoriais, de produção de petróleo, redes de transportes e da população que vive sob o regime de impostos que financiam o grupo. O primeiro resultado já anunciado foi o corte pela metade dos salários dos combatentes. Entretanto, a ideia de sobreviverem ao fim do mundo – como acreditam os fiéis na profecia maometana – é um incentivo aos simpatizantes da ideologia do Estado Islâmico a promoverem ataques terroristas por todo o mundo.

Sendo assim, o EI dependeria do êxito militar para sobreviver já que faz jus ao seu lema de expansão e resistência. Como este está sendo limitado no território que controla devido à intervenção das potências externas, o grupo deve procurar outros locais e meios para manter o mito aceso. Isto pode se dar através do apelo a outros grupos se juntarem à sua base ou demonstrando capacidade de outras maneiras violentas como a prática de atentados fora de seu espaço físico. O esforço de expansão do grupo estaria focado no Oeste e Norte da África, Oriente Médio e sul da Ásia, enquanto que os atentados focam o Ocidente e prioritariamente a Europa. Nessas regiões os grupos jihadistas focam na retaliação por meio de atos terroristas diante da perda de território.

Um dos grupos aliados ao EI é o grupo somali **Al Shabaab**. Como resposta às tentativas de intervenções militares da coalizão que reuniu Somália, Quênia e Etiópia, o grupo realizou diversos ataques terroristas na Somália e em países vizinhos, como o realizado em um colégio na cidade de Garissa, no Quênia, que matou 147 pessoas em 2015.

O Al Shabaab surgiu em um contexto de conflito interno da Somália que inclui fatores religiosos e políticos diante da oposição entre o sul e o norte do país e entre clãs que formam a base da sociedade somali. No início de 2016, o grupo foi responsável por um ataque a um voo que iria para Djibuti, como parte de uma série de operações militares e de inteligência que visaram agentes locais e estrangeiros

que operavam contra o grupo. Assim, além de ataques contra civis, o Al Shabaab busca afetar as oposições com uma estratégia militar que combina táticas de guerrilha e terrorismo para tomar o poder na Somália, incluindo alvos governamentais e agentes internacionais, num cenário de guerra assimétrica.

A mídia do grupo foca em atrair combatentes internacionais da região do leste africano que falam swahili, principalmente no Quênia e na Tanzânia, por meio de filmes produzidos em inglês, árabe e swahili. Esse recrutamento se utiliza também de mensagens que enfocam a discriminação aos mulçumanos do Quênia que acreditam serem perseguidos pelo seu próprio governo. Embora acredite em uma identidade islâmica, a propaganda do grupo clama por um nacionalismo somali, exacerbando o orgulho ao país e denunciando uma possível perseguição da etnia somali no Quênia e a inclusão de leis britânicas sobre uma perspectiva colonial que universalizou grupos somalis em outros países cujas fronteiras foram forjadas artificialmente pelo Ocidente.

Seu esquema administrativo passou, então, a controlar o território através do gerenciamento regional e local que inclui escritórios e comitês para educação, judiciário (através de cortes que impõem a sharia), propagação missionária, programas que provêm ajuda alimentar, médica e agrícola, taxação e distribuição de impostos no modelo concretizado pelo EI na Síria e no Iraque. Entretanto, com relação ao Estado Islâmico, o Al Shabaab possui opiniões divergentes internamente e parte dos membros que ocupam cargos mais altos não querem que seus recrutas se filiem ao califado do Estado Islâmico.

O EI, por sua vez, encoraja novos somalis a aderir a sua causa através de propaganda voltada para audiência que compreende o idioma swahili, alegando que ele seria o autêntico defensor da jihad. Contra essa ofensiva, os defensores do Al Shabaab denunciaram todos aqueles que buscam dividir mulçumanos e mujahidins. Sendo assim, aliados regionais, como o grupo queniano Al Muhajiroun se declararam leais ao grupo somali e clamaram pela unidade dos islâmicos daquela área contra a tentativa do Estado Islâmico de unificar todos os grupos regionais em só uma frente de luta aliada aos seus interesses.

Domesticamente, o autoproclamado califado do Al Shabaab encontra dificuldade no recrutamento de jovens somalis devido às complexidades dos clãs locais e a falta de confiança existente nesses jovens. Estes, por sua vez, se juntam ao EI mas não demonstram um apoio considerável às suas ações e utilizam o dinheiro enviado pelo grupo para financiar grupos locais e regionais. Além da Somália o EI investe em outras regiões como o chifre da África, em especial áreas que sofrem com governança fraca como a costa Swahili do Quênia. Além disto, a maior resistência do Al Shabaab em se aliar ao Estado Islâmico é o fato de que o primeiro grupo necessita de aliados dentro do território somali para manter sua administração e impor suas leis com eficiência visando os objetivos locais. Assim, a evasão do apoio interno ao EI significaria uma perda da força ideológica dos apoiadores locais do Al Shabaab. Apesar das tentativas de ofensiva por parte da coalizão liderada pelos Estados Unidos na região, o grupo somali continua a se beneficiar do enfraquecimento dos grupos de apoio à coalizão estabelecida no país devido à constante divergência interna entre grupos políticos opostos que não auxiliam com eficácia no combate ao grupo insurgente, dando espaço ao Al Shabaab de impor sua governança e de prover serviços onde o governo central não consegue oferecer à população.

No mesmo sentido, o grupo nigeriano **Boko Haram**, foi pressionado com o cerceamento de suas atividades no nordeste da Nigéria, em Camarões, Chade e

Níger, por meio da ação da Brigada Multinacional. Assim, como parte de uma 'contraofensiva transnacional terrorista' foi declarado o califado islâmico, de modo a criar um imperativo para a defesa do território com todos os meios passíveis de serem utilizados. O Boko Haram comprometeu-se em uma aliança com o Estado Islâmico em março de 2015. A insurgência nigeriana mantém ataques terroristas com suicidas contra civis para reivindicar o governo do país que também passa por embates internos entre o sul e o norte. A corrupção no país deu lugar à incompetência para lidar com serviços básicos à população, crise exacerbada pela falha no sistema de presidência rotativa entre as duas regiões do país, agravando ainda mais a situação do norte e nordeste nigeriano. O grupo teve, nesse contexto, a oportunidade de estabelecer o controle territorial usando sua ideologia islâmica e luta contra o governo oficial e grupos cristãos do centro do território, que seriam aliados ao atual presidente. O Boko Haram possui vínculo com grupos sub-regionais que enfrentam situação de extrema pobreza em outros Estados do Sahel, como Chade, Níger e Camarões, oferecendo uma esperança para essa população que vê no grupo uma tentativa de reivindicar sua fé islâmica e receber serviços básicos que o governo oficial não oferece. Sendo assim, uma aliança com o Estado Islâmico aumentaria a chance de financiamento e recrutamento do grupo para exercer sua governança nos territórios ocupados e aumentá-los, visando à consolidação do 'califado'.

Na Líbia, a queda de Gadafi em 2011, resultou no surgimento de grupos insurgentes islamistas. A situação se agravou em 2014 com a atuação violenta do Fajr Libia - união de milícias islamistas - que reivindicaram a legitimidade das eleições democráticas com a tomada do controle de Trípoli. Além disto, no mesmo ano o Estado Islâmico tomou o controle de Derna, expandindo seu poder sobre a região e somando forças com outras milícias islamistas. A proximidade marítima com países como a Itália e Grécia preocupa a União Europeia, visto que já houve ameaças de ataques a esta através de imigrantes aliados ao Estado Islâmico, além da realização de atentados aos cristãos do Egito. A ausência de controle governamental oficial no país dá espaço para a tomada de território pelo Estado Islâmico e outras milícias islamistas, desestabilizando o país e a região do Sahel, levando preocupações à Europa que vão além do problema da imigração. Isto porque no caso líbio, o Estado Islâmico controla um grande arsenal militar proveniente do regime ditatorial de Gadafi e possui capacidade de distribuição e gerenciamento dessas armas para seu próprio uso em países onde o grupo atua como Argélia, Níger, Mali, Somália, Síria, Egito e Tunísia.

O Mali, neste sentido, é desafiado pelo conflito entre os membros de etnia nômade Taureg, que buscam a criação do Estado de Azawad, e movimentos islamistas, principalmente os grupos Ansar Dine, Al-Mourabitoun e a Jihad da África Ocidental, empoderados pelo arsenal vindo da Líbia, que objetivam tomar o poder no norte do país.

Embora a necessidade seja de desarmamento, desmobilização dos grupos rebeldes armados, desmilitarização e descriminalização, isso não ocorre nestes países que sofrem com grupos insurgentes, principalmente de ideologia islamista, devido à alta corrupção e a deficiência de governança pelos governos, dentre outras.

4.3 HAMAS E HEZBOLLAH

Segue abaixo, segundo RUGGIO, SIQUEIRA JÚNIOR, et al (2011), uma análise sob a ótica do direito internacional:

4.3.1 **O Hamas**

Hamas é o acrônimo de Harakat aL-Muqawamat aL-Islamiyyah, que significa Movimento de Resistência Islâmica. Segundo o Cientista Político Jorge Zaverucha, foi criado em 1987 com o beneplácito de Israel, que via no Hamas um movimento de assistência social capaz de enfraquecer a liderança de Yasser Arafat, líder da Autoridade Palestina e Presidente da Organização Para Libertação da Palestina (OLP).

Com o início da primeira Intifada, em 1987, o Hamas passou a agir militarmente contra Israel, chegando nos dias atuais a se utilizar de táticas de guerrilha e armamento típico de exércitos nacionais como morteiros e foguetes.

O movimento é uma filial da Irmandade Muçulmana egípcia, organização global fundada em 1928 por Hassan-al-Banna e que se constitui em um dos maiores movimentos do fundamentalismo islâmico dos tempos modernos.

Segundo o Council on Foreign Relations, atualmente o Hamas é o maior e mais influente movimento de militantes palestinos, sendo responsável por mais de 350 atentados terroristas distintos desde 1993, atentados estes que custaram a vida de mais de 500 pessoas, dentre eles árabes.

Em janeiro de 2006 o grupo ganhou as eleições para a Autoridade Palestina, derrotando o partido rival Fatah ao conquistar 76 contra 43 assentos no Parlamento, de um total de 132. Isso gerou uma onda de protestos internacionais e um boicote econômico aos territórios palestinos, devido à plataforma política do Hamas, que prega uma política de combate aos judeus, tal como preconizado em sua Carta de Fundação, tornada pública em 1988:

"CARTA DO HAMAS

Art. 7º

O Movimento de Resistência Islâmica é um elo da corrente da Jihad contra a invasão sionista. Acha-se conectado e vinculado ao (corajoso) levante do mártir Izz Al-Din Al Kassam e sua irmandade, os combatentes da Jihad da Fraternidade Muçulmana, no ano de 1936. Em seguida está relacionado e conectado a outro elo, a Jihad dos palestinos, o empenho e a Jihad da Fraternidade Muçulmana, no ano de 1948, e às operações da Jihad da Fraternidade Muçulmana, de 1968 em diante. Apesar de que tais ligações estejam distantes e apesar de que a continuidade da Jihad tenha sido interrompida por obstáculos colocados no caminho dos combatentes da Jihad por aqueles que gravitam na órbita do sionismo, o Movimento de Resistência Islâmica aspira concretizar a promessa de Alá, não importando quanto tempo levará. O Profeta, que as bênçãos e a paz de Alá recaiam sobre ele, disse: "A hora do julgamento não chegará até que os muçulmanos combatam os judeus e terminem por matá-los e mesmo que os judeus se abriguem por detrás de árvores e pedras, cada árvore e cada pedra gritará: Oh! Muçulmanos, Oh! Servos de Alá, há um judeu por detrás de mim, venha e mate-o, exceto se se tratar da árvore Gharkad, porque ela é uma árvore dos judeus". (registrado na coleção de Hadith de Bukhari e Muslim)". (ZAVERUCHA, 2010, p. 129)

Como forma de conter essa onda de protestos, no início de 2007, representantes do Fatah e do Hamas reuniram-se na Arábia Saudita, onde chegaram a um acordo sobre a constituição de um novo governo de união palestino que assumiria em março de 2007. Entretanto, essa união durou pouco tempo. Em junho de 2007, estourou a chamada batalha de Gaza, que resultou na expulsão da Fatah da Faixa de Gaza e na morte de 600 palestinos.

Esse conflito é denominado , entre os palestinos, de Wakseh, que significa ruína oriunda de autoflagelação. Em represália, o presidente palestino Mahmoud Abbas,

retirou representantes do Hamas do governo da Autoridade Nacional Palestina, na Cisjordânia. Com a vitória, o Hamas passou a controlar a Faixa de Gaza enquanto a Fatah domina a Cisjordânia, situação esta que perdura até hoje, prejudicando sobremaneira o processo de paz na região.

Embora possua um braço militar, as brigadas denominadas Izz AL-Din-al-Qassam, o Hamas dedica muito do seu orçamento estimado em US$70 milhões anuais para uma extensa rede de serviços sociais. De fato o extenso trabalho social e político que realiza, bem como sua reputação entre os palestinos como avesso à corrupção, explica sua vitória legislativa nas eleições em 2006, o que demonstra a popularidade do grupo entre o povo palestino. A organização possui escolas, orfanatos, mesquistas, centros médicos, refeitórios e ligas esportivas. A Autoridade Nacional Palestina muitas vezes deixa de prestar tais serviços, que então passam a ser assegurados pelo Hamas, aumentando o prestígio do movimento entre a população.

Importante destacar a origem dos fundos que financiam esta organização político-militar. Segundo o Council on Foreign Relations, "desde sua vitória nas eleições para liderar a Autoridade Palestina, o Hamas possuía fundos públicos em seu favor, apesar de não ter acesso aos dólares em ajuda externa prestados à Autoridade Palestina por Estados Unidos e União européia. Historicamente, grande parte vem de doadores privados da Arábia Saudita e de Estados ricos em petróleo do Golfo Pérsico. O Irã também fornece um apoio significativo, que alguns diplomatas dizem que pode atingir de US$20 a US$30 milhões por ano. Além disso, algumas instituições de caridade muçulmana nos Estados Unidos, Canadá e Europa Ocidental canalizam dinheiro para o Hamas. Em dezembro de 2001, a administração Bush se apropriou do patrimônio da fundação Terra Santa, a maior organização de caridade muçulmana nos Estados Unidos, por suspeita de que estava a financiar o Hamas".

O Hamas é considerado uma organização terrorista pela União Européia, Canadá, Japão, Estados Unidos e Israel. Grã-Bretanha e Austrália consideram terrorista apenas a facção militar do grupo, as Brigadas Qassam. Possui vários líderes, com alguns deles já tendo sido assassinados por Israel, como o fundador do grupo, o Sheik Ahmed Yassin, em 2004. Seu principal líder atualmente é Khalid Meshal, que dirige o grupo de Damasco, na Síria e também do Golfo Pérsico, por razões de segurança.

4.3.2 **O Hezbollah**

O outro grupo que se apresenta como proeminente organização político-militar no Oriente Médio, sendo responsável por diversos ataques contra Israel, é o Hezbollah, nome em árabe composto pelas palavras Hizb (partido) e Allah (Deus), foi criado em 1982/83 por militantes xiitas e membros da Guarda Revolucionária iraniana, no vale do Bekaa, leste do Líbano.

O objetivo à época era lutar contra a invasão israelense em 1982, conhecida como a sexta guerra entre árabes e judeus. Sua criação foi inspirada na Revolução Iraniana, sendo que o grupo recebeu treinamento da Guarda Revolucionária Iraniana e financiamento por parte de Teerã.

De fato, em seu manifesto, tornado público em fevereiro de 1985, apresenta-se como "movimento jihadista com o objetivo de libertar o território libanês do domínio israelense". A declaração também indica que pretendia adotar o modelo iraniano de revolução para instituir a República Islâmica do Líbano e livrar o país de influência não- islâmica, até mesmo opondo-se a presença das tropas da ONU então presentes no país – majoritariamente francesas e americanas – tidas como "extensão do colonialismo".

Além de muçulmanos xiitas, este grupo abriga também drusos, sunitas e cristãos. A organização concentra sua atuação no sul do Líbano e em alguns subúrbios mais pobres de Beirute. Conforme explica Eliane Schroder de Moura, da Agência Brasileira de Inteligência, "a instância suprema da organização é o Conselho Consultivo de Decisão, com onze membros, presidido por Hassan Nasrallah, secretário-geral, um radical carismático que esteve envolvido em várias operações terroristas. Esse conselho elabora a agenda político-militar no exterior, em cooperação com Teerã/Irã. O Conselho Consultivo possui, em última instância, o poder de decisão e julga todos os assuntos em razão de sua gravidade, em particular, as questões de segurança. O líder máximo da organização é o aiatolá iraniano Ali Khamenei".

No campo espiritual, o xeque Mohamad Hussein Fadllalah, era considerado a figura mais importante da organização. Ele morreu de uma hemorragia no fígado em 04 de julho de 2010, na idade de 75 anos. Desfrutava de status especial, o de guia supremo, ocupando o cargo mais elevado na hierarquia religiosa islâmica, o que lhe facultava grande influência sobre os ativistas do Hezbollah. Até o presente momento não se sabe ainda quem irá sucedê-lo, de qualquer forma a sucessão permitirá maiores análises acerca da influência de fato do Irã no Líbano, afirma o Council on Foreign Relations.

A participação do movimento na política libanesa é ativa. No ano de 1992, em sua primeira disputa por vagas nas eleições libanesas, conquistou 12 das 128 cadeiras do Parlamento. Em 1996, foram dez assentos, e em 2000 oito. Nas eleições de 2005, das seis cadeiras que ainda possuía, o Partido de Deus passou a um total de 25 e, após uma aliança com o grupo xiita Amal, que conquistou dez outras cadeiras, o Hezbollah passou a contar com 35 deputados no parlamento libanês. Sua influência política cresceu mais ainda depois da morte do premiê libanês Rafik Hariri, assassinado em Beirute em 2005. Tal fato ensejou a aliança de governo com a coalizão pró-ocidente liderada por Saad Hariri, filho do estadista morto.

Atualmente a coalizão que governa o país, que contava com 11 ministros partidários do Hezbollah, foi desfeita pela organização em razão da resistência do premiê Saad Hariri em desautorizar o tribunal da ONU, que deve indiciar integrantes do Hezbollah pelo atentado que matou o seu pai, em 2005, gerando temor de novo período de instabilidade política e conflitos sectários no país.

O grupo também tem forte atuação social na comunidade libanesa, provendo escolas, hospitais, orfanatos, farmácias, mercados e clínicas dentárias para as comunidades xiitas, majoritariamente concentradas no sul do país (fronteira com Israel), bem como na periferia ao sul de Beirute, denominada *Dahiya* ("subúrbio" em árabe). Entre outros, a organização opera também o sistema de coleta e reciclagem de lixo e o programa de reconstrução de residências destruídas durante a ocupação israelense da região.

Interessante notar que o grupo mantém estreitos laços com a Síria e o Irã, países acusados de financiar as atividades deste movimento. Serviços de inteligência ocidentais estimam que entre 100 e 200 milhões de dólares são doados anualmente ao Hezbollah pelo governo do Irã, na forma de assistência militar, mercadorias e recursos financeiros. Afirmam ainda que, valendo-se do Hezbollah, o Irã aproxima-se do seu objetivo de transformar o Líbano em Estado Islâmico, pró-iraniano. Haveria, ainda, evidências de que iranianos também participariam diretamente no planejamento das operações do grupo.

Outra questão intrigante acerca desta organização é o seu poderio militar, que ao que tudo indica é superior ao do próprio Estado libanês. Segundo o Council on

Foreign Relations, seu núcleo é constituído por vários milhares de militantes e ativistas, sendo que o seu arsenal de armas inclui entre 40.000 a 80.000 artefatos bélicos entre foguetes, morteiros e mísseis de curto e longo alcance. Basta lembrarmos que na guerra travada entre a organização e Israel em 2006, foram utilizados inúmeros foguetes Katiusha, de fabricação russa, lançados pelo Hezbollah contra o norte do país.

Destaca-se ainda que o grupo mantém células em várias partes do mundo, com ampla infra-estrutura no Oriente Médio, na África Ocidental e na Europa. Devido à existência de expressiva colônia na América Latina, pode dispor de eventual apoio neste continente. Além das relações externas com a Síria e o Irã, a organização mantém contatos com outros grupos radicais fora do Líbano, como, por exemplo, o Hamas, existindo fortes evidências de coordenação entre as ações dos dois movimentos.

Por fim, temos que a organização é considerada terrorista por diversos países tais como, Estados Unidos, Israel, Canadá, alguns países da Europa e pelo Parlamento Europeu. Numerosas ações terroristas são atribuídas ao grupo, como os ataques contra a Embaixada dos Estados Unidos e o acampamento do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA em Beirute (outubro de 1993); o ataque ao anexo da Embaixada americana em Beirute (setembro de 1984); os seqüestros de 17 estadunidenses e outros ocidentais (1984 a 1988) e do vôo 847 da TWA (1985); os atentados à Embaixada de Israel na Argentina (1992); e à Associação Mutual Israelita Argentina (1994); e ainda, mais recentemente, existem suspeitas de que o grupo esteja por trás da morte do ex-premiê libanês Rafik Hariri, em 2005, em um atentado que matou 23 pessoas, embora o grupo negue veementemente e acuse o Tribunal criado pela ONU de complô formado por Israel e os Estados Unidos

4.4 ATUAÇÃO REGIONAL

Além das citações acima a respeito da caracterização dos principais grupos extremistas e suas formas de atuação no mundo, procuraremos caracterizar abaixo dados colhidos dos autores que serão citados, bem como conhecimentos produzidos por este autor, mediante pesquisa qualitativa e prospectiva conforme previsto no ítem 3.1 deste trabalho, a respeito das últimas formas de atuação de grupos extremistas no entorno de influência da sociedade brasileira:

Segundo Perez (2017), Aliança entre a facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) e o grupo extremista islâmico Hezbollah para controlar o tráfico e o contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai gera prejuízo bilionário e acirra a violência na região. A atuação de pelo menos 30 quadrilhas criminosas faz da Tríplice Fronteira, região em que o Brasil faz divisa com a Argentina e o Paraguai, um território dominado pela violência. Agora, um relatório da Fundação de Defesa da Democracia (FDD) para a Comissão de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos confirma a presença de um grupo extremista com ações até então restritas ao Oriente Médio. A organização libanesa Hezbollah, cujo nome significa “Partido de Deus”, vem atuando em parceria com a maior facção criminosa do Brasil, o PCC, para fortalecer os negócios no comércio ilegal de mercadorias. Estima-se que a atividade tenha gerado um prejuízo de R$ 345 bilhões nos últimos três anos. De acordo com o documento, além do tráfico de drogas produzidas em países sul-americanos, como Paraguai e Colômbia, a aliança do PCC com o Hezbollah domina o contrabando de cigarros para o Brasil. “Todos os elementos contribuem para essa conexão”, afirma Márcio Sérgio Christino, procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo e um dos principais investigadores do PCC no País.

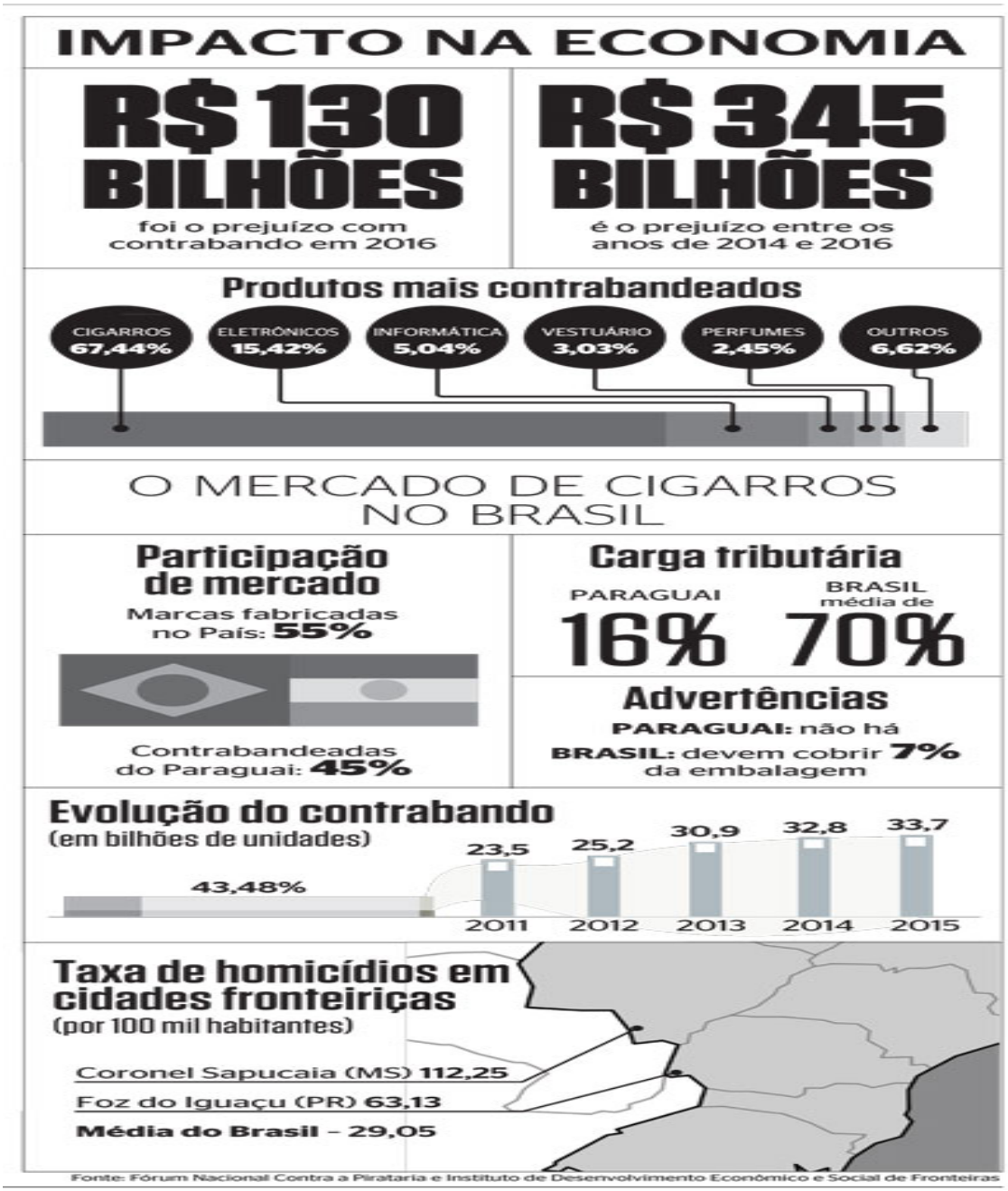
A sociedade dos gigantes do crime, de acordo com documentos da Polícia Federal, começou a operar em 2006, mas os primeiros indícios foram descobertos somente dois anos depois. Traficantes ligados ao Hezbollah ajudaram o PCC a obter armamentos e acesso aos canais internacionais de contrabando como moeda de troca para a proteção de prisioneiros de origem libanesa detidos no Brasil. O contrabando de cigarros tem pena mais branda, de dois a cinco anos de reclusão, enquanto a do tráfico varia entre cinco e 15 anos. Por isso, tornou-se um nicho mais atrativo para criminosos. “A presença crescente de empresas afiliadas ao Hezbollah no negócio de varejo de tabaco aumenta a possibilidade de o comércio ilícito do produto se tornar uma fonte adicional de renda para a organização terrorista”, diz Emanuele Ottolenghi, cientista político da Fundação de Defesa da Democracia (FDD). “O comércio ilegal de cigarros já ajudou cartéis de drogas, como as Farc da Colômbia, com a venda de cocaína.” Isso porque, segundo o presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP), Edson Vismona, os recursos obtidos financiam a operação como um todo, o que envolve produção, logística, venda e corrupção. “O dinheiro do contrabando e do tráfico abastece o mesmo caixa”.

O cigarro é hoje o produto mais contrabandeado do Paraguai para o Brasil. A participação de mercado do tabaco paraguaio saltou de 20% em 2011 para 45% em 2016, um prejuízo de R$ 6,5 bilhões por ano só nesse setor. Provenientes do Paraguai, os cigarros podem ser encontrados por um valor médio de R$ 3,30, enquanto que os produtos legais são vendidos por uma média de R$ 7,40. O imposto que incide sobre o produto é de 70% no Brasil, contra 16% no país vizinho. Segundo cálculos do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteira (Idesf), o valor do comércio ilegal de cigarros convertido em dólares já corresponde a US$ 2,1 bilhões, maior do que toda a importação legal que o Brasil faz do Paraguai, estimada em US$ 2 bilhões. “Essa explosão se deu pelo atrativo financeiro, houve um aumento dos impostos e consequentemente mais pessoas interessadas em contrabandear o cigarro”, afirma Luciano Barros, presidente e economista do Idesf.

Os cerca de 16,8 mil quilômetros de fronteira seca do Brasil são vigiados por apenas 13% do contingente de policiais federais. “Deveria ser pelo menos o dobro disso”, diz Odilon de Oliveira, juiz federal que atua na área criminal no Mato Grosso do Sul. Nos últimos anos, além do acesso por rodovias (as BRs 163 e 277), as mercadorias clandestinas entram no Brasil sem repressão pelo rio Paraná e pelo Lago Itaipu. Nas margens deste, a cada 500 metros é possível encontrar uma trilha para descarregar os produtos. “Os contrabandistas se aproveitam da porosidade desses territórios. Pelas vias terrestres, principalmente na Ponte da Amizade, há dificuldade para fazer o rastreamento das cargas”, afirma Mozart Person Fuchs, delegado executivo da Polícia Federal de Foz do Iguaçu. Segundo ele, houve uma redução drástica no efetivo. “Os policiais ficam mais suscetíveis à corrupção e a lei que previa indenização a servidores de fronteiras nunca foi regulamentada.” A economia informal gera uma concorrência desleal que fecha fábricas, desvaloriza a indústria e expõe milhares ao desemprego. As consequências são perversas em todos os âmbitos. A evasão de impostos prejudica o desenvolvimento do País.

Esse Quadro gera uma concorrência desleal que fecha fábricas, desvaloriza a indústria nacional e expõe milhares de pessoas ao desemprego”, afirma Oliveira. Segundo o presidente do Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria de São Paulo (Sindipan), Antero José Pereira, o aumento do contrabando de cigarros diminuiu em 20% o faturamento do setor nos últimos cinco anos. Na saúde, um

estudo realizado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) com cigarros apreendidos concluiu que eles apresentam elementos cancerígenos até 11 vezes superior aos de produtos legalizados. Estima-se que a venda de drogas para o Hezbollah, financiada pelo contrabando de tabaco, já tenha rendido ao PCC um orçamento anual de R$ 20 milhões. Se nada for feito, o comércio ilegal continuará subsidiando uma série de crimes que afundam o País.



Quadro 3 Fonte Revista ISTO É 11/08/17 - 17h30

5. POSSÍVEIS MEDIDAS PROTETIVAS DIANTE DA AMEAÇA TERRORISTA

> Denominar um grupo simplesmente como terrorista é negar toda a complexidade de fatores que influenciam no surgimento e crescimento de vários grupos que usam atos terroristas como método, favorecendo o discurso da securitização das medidas contraterroristas sem cuidar das causas que provocaram a presença desses grupos. Com a emergência de grupos religiosos islamistas no cenário internacional, principalmente o Estado Islâmico, o discurso do terrorismo gera uma retórica de xenofobismo e aumenta a dificuldade de se manter um diálogo com países mulçumanos que também sofrem com atos de terror. De acordo com Rezende e Schwether "uma vez que a principal motivação do terrorismo é política, evidencia-se que a política externa das potências ocidentais, intervencionistas, gera sentimentos de descontentamento e ódio". Além disto, indo de encontro com Saint-Pierre "Quando nenhuma ação diplomática é eficiente para defender interesses postergados, quando nenhum organismo internacional é suficientemente forte para distribuir justiça entre interesses afetados, quando nenhuma forma convencional de violência é eficaz para defendê-los, fica aberta a porta para que o ódio da impotência se manifeste de maneira incontrolável e algumas vezes irracionalmente com relação aos seus objetivos."
>
> Sob o contexto de guerra assimétrica, os grupos com ideologia islâmica citados anteriormente se utilizam de métodos terroristas também para garantir territórios ocupados e se proteger de contraofensivas, e afetam a atual ordem de poder mundial e valores como a paz e a segurança internacionais. Combater esses grupos com ataques a locais que possuem civis significa utilizar atos de terrorismo como um efeito colateral, o que acaba por reforçar o ódio e incentiva o recrutamento de jovens que não se identificam com a cultura ocidental. Esses jovens passam, então, a se enquadrarem em uma categoria de insurgentes irregulares e a entrarem na luta por defenderem uma posição ideológica e por acreditarem pertencer a uma insurgência bem definida.
>
> Neste sentido, definir e contextualizar o fenômeno do terrorismo para diferenciá-lo das ações terroristas tomadas por grupos insurgentes seria imprescindível para a produção de normas que previnam de maneira eficaz as ações desses grupos em territórios com pouca ou nenhuma governança oficial e que auxiliem na intervenção de coalizões que buscam estabelecer novos governos locais, legítimos e capazes.
>
> A presença de grupos não estatais que causam insegurança atualmente no sistema internacional provocam mudanças na dinâmica de poder e de resolução de conflitos global. Uma delas seria não haver mais a necessidade de ser um Estado para poder lutar em uma 'guerra' internacional e não haver mais um 'território definido' para se travar essa guerra. O mundo passou a ser palco de reivindicações ideológicas, por território e pelo poder econômico, e o uso da violência é recorrente para alcançar essas demandas. Nesse cenário, alterações no modo de combater grupos insurgentes – a maior parte dele cunhadas de terroristas – diminuiriam, talvez, a utilização por parte dos mesmos de atos terroristas. (COLOMBO, 2016, p.6-8)

Dando prosseguimento em nossa pesquisa qualitativa e prospectiva conforme previsto no ítem 3.1 deste trabalho, a respeito de geração de conhecimento relativo às possíveis medidas protetivas que visem neutralizar ou atenuar eventuais ameaças terroristas na sociedade brasileira, colheremos abaixo ensinamentos com o Mestrando em Direito e Segurança Faculdade de Direito Universidade Nova de Lisboa PEDRO MIGUEL MARTINS ARES:

Segundo ARES (2015), os ataques terroristas ou a sua ameaça têm sido uma presença constante na agenda securitária europeia, estando na linha de frente das preocupações das forças e serviços de segurança. Fenômenos como o dos combatentes terroristas estrangeiros e os recentes atentados na Europa têm por base todo um processo de radicalização que conduz à adoção de ideologias baseadas no extremismo violento, como o terrorismo. Assim, importa perceber como se desenvolve este processo, tendo noção que existem estratégias de abandono destas doutrinas.

Que estratégias existem no combate à Radicalização e ao Extremismo Violento? Quais as boas práticas nesta área? E que papel podem as forças de segurança desempenhar?

Fiéis aos propósitos desta pesquisa, mais especificamente no que se refere às medidas protetivas diante de possíveis ações extremistas de grupos violentos infiltrados pelo crime organizado no seio da sociedade brasileira, foi realizado um estudo analítico do trabalho desenvolvido pelo Mestrando em Direito e Segurança Faculdade de Direito Universidade Nova de Lisboa PEDRO MIGUEL MARTINS ARES. Na tentativa de responder às questões do parágrafo anterior, abordaremos inicialmente o quadro conceitual que se encontra na base destes fenômenos. Posteriormente faremos uma abordagem à Estratégia da União Europeia de combate à Radicalização e ao Extremismo Violento, buscando ajustar à realidade vivida por nós brasileiros. Dando prosseguimento vamos selecionar um conjunto de boas práticas para enfrentar esta questão e dado a conhecer ao leitor dois projetos europeus que visam um aumento da sensibilização para esta problemática e poderão instigar novos estudos adaptados a cenários prospectivos da realidade enfrentada pelos brasileiros. Numa última fase, será abordado o papel que tanto a comunidade como as forças de segurança podem desempenhar na prevenção da radicalização e a importância, nesse contexto, da adoção de políticas de policiamento orientadas para a comunidade.

5.1 REVISANDO ALGUNS CONCEITOS

5.1.1 **Radicalização**

Apesar de alguns atentados recentes terem sido iniciados por células terroristas de índole jihadista, que agem em nome e recrutados por organizações terroristas como a Al Qaeda (AQ), como foi o caso da célula de Hamburgo nos ataques de 11 de setembro em Nova Iorque, tem surgido uma outra tendência em que os atentados são perpetrados por cidadãos residentes que se auto radicalizaram, constituindo células sem ligação a grupos exteriores (Gonçalves, 2012). Estas células ou indivíduos, embora não possuam uma ligação direta, inspiram-se muitas vezes na ideologia e na narrativa propalada por outras organizações terroristas, jurando-lhes fidelidade e agindo de acordo com as suas linhas de ação e inspirados na sua propaganda de radicalização. Voltando-nos à realidade brasileira podemos enquadrar nessa hipótese a relação do PCC (Primeiro Comando da Capital) e o grupo extremista islâmico Hezbollah para controlar o tráfico e o contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai, fato esse explorado no capítulo 4 desta pesquisa.

A radicalização deve ser encarada não como um fenômeno isolado mas antes como um processo. Harris-Hogan (2012, apud El-Said, 2015, p.6) define radicalização como um processo através do qual alguns indivíduos desenvolvem, adotam e abraçam atitudes políticas e comportamentos que divergem substancialmente de uma parte ou da totalidade dos institutos, atitudes, valores estabelecidos e legitimados política, social, econômica e religiosamente, e comportamentos que existem numa dada sociedade. Já o próprio El-Said (2015, p. 9) define radicalização

como um processo por meio do qual grupos ou indivíduos passam por uma transformação psicológica que os conduz a afastarem-se de tradições, apoiando ideologias políticas, sociais e religiosas extremas. Contudo, ressalva que a radicalização em si não deve ser tratada como um ato ilícito ou ilegal, pois a maioria dos países ocidentais não o fazem, só o devendo fazer quando a radicalização se torna violenta. No mesmo sentido a OSCE (2014) defende que a radicalização por si não é uma ameaça à sociedade se não estiver ligada à violência ou a atos ilícitos, podendo até ser uma força benéfica para a mudança, veja-se os ativistas contra a escravatura ou a favor dos direitos humanos. Define ainda que a radicalização terrorista é um processo dinâmico através do qual um indivíduo passa a aceitar a violência como uma modalidade de ação possível e até legítima. (OSCE, 2014, p. 19).

Verificamos assim que não existe uma única definição para o termo "Radicalização", sendo amiúde confundido com conceitos similares como o ativismo, comportando-se como um conceito variável conforme os contextos e as próprias intenções de quem utiliza o termo, pelo que necessariamente representa diferentes significados (Gonçalves, 2012). Contudo, todas as definições abordam a radicalização como um processo através do qual um indivíduo passa e se vai transformando, não sendo um evento único e espontâneo, assumindo-se como algo negativo quando associado a processo de violência.

5.1.2 **Extremismo violento**

Perante o insucesso da "Guerra ao Terror" lançada na sequência dos ataques terroristas de 11 de setembro, baseada numa abordagem cinética de forte pendor militar, tem ganho prevalência uma abordagem mais abrangente e mais equilibrada baseada em políticas de contra-Extremismo Violento. O Extremismo Violento (EV) é considerado por alguns peritos como o resultado direto da Radicalização (El-Said, 2015, pp. 1-3).

Mas o que é afinal o EV? Tal como outros conceitos sobre o comportamento humano, também o conceito de EV assume diversas definições. Ao abordarmos os conceitos do U.S. Departement of Homeland Security, este não apresenta uma definição clara de EV. Contudo, a partir da sua definição de grupo extremista violento podemos abstrair uma definição de EV como: conjunto de crenças ideológicas de índole pessoal, religiosa ou política que promovem ou usam a violência como forma de afirmação (US Department of Homeland Security, 2015). Ao visitarmos outros autores verifica-se que não existe uma definição clara do que é EV.

Por outro lado, Schmid (2014) opta por uma abordagem diferente. Prefere assim abordar o conceito a partir da definição inicial de "extremismo", diferenciando entre EV e Extremismo Não-Violento. Schmid define extremismo como um conceito relacional, pelo que primeiro se torna necessário estabelecer uma comparação entre o que é assumido pela maioria, ou simplesmente o que é normal, e um outro padrão a analisar, o "extremismo", que, por absurdo, se assume como uma crença, atitude ou sentimento que foge ao que é considerado "normal". De forma a ilustrar este conceito e o seu caráter relacional o próprio Schmid menciona o episódio em que al-Zawahiri, o líder da AQ, desaprova os métodos do EI por serem "demasiado extremistas". Já no domínio da definição de violência a sua definição também não é pacífica, sendo um termo controverso, o qual pode apresentar diferentes nuances e variações consoante os adjetivos associados (violência física, psicológica, política, etc.) (Schmid, 2014, pp. 11-15). Ao analisarmos o termo "violência" este pode ser definido como o uso ilegítimo da força. Max Weber, jurista, economista e sociólogo

alemão, na sua definição de Estado, atribuiu a este o monopólio do uso ilegítimo da força física dentro de um território. Assim, poderemos considerar violência como o uso da força dentro de território por outra entidade que não o Estado.

Assim, uma possível definição de EV será a assunção e defesa de crenças, atitudes, políticas ou sentimentos que não sejam consideradas como aceites por uma maioria da sociedade e que advoguem o uso ilegítimo da força num determinado território.

El-Said (2015) por seu lado, entende que EV inclui não só a radicalização mas também a ameaça ou participação em violência com motivações políticas ou religiosas dirigida contra civis, prisioneiros reféns ou propriedade pública, privada ou religiosa com a intenção de instar o medo generalizado e causar danos extensos.

Contudo, o conceito de EV encerra em si uma outra discussão de natureza semântica. Uma vez que no âmbito da prevenção da radicalização e do EV as palavras contam na "conquista do coração e das mentes", alguns autores consideram a utilização cada vez mais comum da expressão EV como uma mera palavra de código para "terrorismo islâmico" ou "jihadismo salafista". Na verdade o terrorismo, como forma extrema de violência política, insere-se na noção de EV (Schmid, s.d.). Também nesta linha El-Said (2015) refere-se ao fenômeno do terrorismo como EV. Esta é uma temática que tem gerado uma grande polêmica na sociedade norte americana, tendo o ex-Presidente dos EUA, Barack Obama, vindo a ser acusado de covardia por usar a expressão "Extremismo Violento" em detrimento de expressões como "Terrorismo Islâmico" ou Islamismo Radical", expressões que de fato não têm o mesmo significado (Beinart, 2015).

5.1.3 **Contra radicalização**

El-Said (2015, p. 10) define contra radicalização como o conjunto de medidas e políticas concebidas e implementadas por um Estado para prevenir os jovens ou grupos vulneráveis e comunidades de serem radicalizados no seu Estado de origem. Esta abordagem defende que em vez de incidir o foco nos terroristas, que é o alvo de políticas contraterroristas, deve-se antes incidir o foco nas comunidades alvo de extremistas violentos que têm em vista a radicalização e recrutamento dessa mesma comunidade. Estas medidas visam aumentar a resiliência das comunidades a ideologias de EV. Também Neumann (2011, p. 7) define a contra radicalização como um conjunto de políticas não coercivas, e não uma política única, implementadas através de diversos canais e dirigida a comunidades alvo de recrutamento por extremistas, tendo como objetivo a sua proteção, fortalecimento de forma a aumentar a sua resiliência ao EV.

5.1.4 **Desradicalização**

Já a desradicalização é definida por El-Said (2015, p. 10) como o conjunto de medidas e políticas concebidas e implementadas pelas autoridades tendo em vista normalizar e convencer grupos e/ou indivíduos que já tenham sido radicalizados ou que se constituam como extremistas violentos a arrependerem-se e desligarem-se da violência como ideologia.

Por seu lado, Neumann (2011, p. 16) define desradicalização como o processo através do qual indivíduos ou grupos radicalizados cessam o seu envolvimento em EV através de mudanças substantivas na sua ideologia e atitudes.

A principal diferença entre contra radicalização e desradicalização, no fundo, reside no facto de os grupos ou indivíduos já estarem ou não radicalizados, visando ambos os processos uma mudança de mentalidades e de comportamentos que renunciem à violência como forma de manifestação.

5.2 ESTRATÉGIA DA UNIÃO EUROPÉIA DE COMBATE À RADICALIZAÇÃO E AO RECRUTAMENTO PARA O TERRORISMO

Apesar da "Guerra ao Terror" iniciada no pós-11 de setembro, não existem sinais de que os fenômenos de extremismo violento, como o terrorismo, tenham diminuído. Os recentes ataques terroristas em Paris e o crescente fenômeno dos combatentes estrangeiros provam exatamente o contrário, não se esperando que esta tendência se inverta, muito pelo contrário. Existe um consenso alargado no seio dos especialistas de que o radicalismo e o extremismo violento têm sido mal abordados e mal geridos. Neste sentido, a abordagem cinética de forte componente militar que tem sido adotada no combate ao fenômeno do terrorismo tem sido alvo de fortes críticas.

Em alternativa tem sido defendida uma abordagem mais equilibrada e abrangente que incorpore políticas persuasivas (soft/smart policies) como parte integrante de um universo de ferramentas ao dispor no combate ao Extremismo Violento (El-Said, 2015, pp. 1-3).

5.2.1 Evolução

O extremismo violento é uma ameaça em expansão na UE com uma cada vez maior miríade de atores, desde grupos organizados a agentes isolados, com as mais diferentes motivações, os quais têm utilizado cada vez mais as ferramentas *on line* colocadas à disposição através da Internet para atividades de recrutamento e difusão de propaganda, levando ao incremento de fenômenos como os Combatentes Estrangeiros. Neste sentido a Comissão Europeia adotou uma comunicação através da qual são identificadas áreas nas quais devem ser reforçadas as ações de prevenção como forma de prevenção da Radicalização e do Extremismo Violento (Comissão Europeia, 2014, p. 1).

Desde 2005 este esforço tem sido orientado por uma Estratégia da UE de combate à radicalização e ao recrutamento, a qual foi revista pela última vez em 2008. Esta Estratégia reconhece a responsabilidade dos Estados Membros pela segurança, contendo estratégias medidas que visam impedir a radicalização e o recrutamento para o terrorismo através de três grandes áreas: Desmantelar as atividades de indivíduos e redes que aliciam pessoas para fins terroristas; Assegurar que as opiniões da maioria prevaleçam sobre as extremistas, e; Promover a segurança, a justiça, a democracia e a igualdade de oportunidades (Comissão Europeia, 2014, p. 5).

Assim, no seguimento das conclusões do Conselho da União Europeia de junho de **2013** e tendo em vista a revisão da Estratégia Européia de Combate à Radicalização (EECR), foram adotadas dez **áreas de ação** nas quais os Estados-Membros e a própria UE devem reforçar a sua ação e implementar medidas de reforço (Comissão Europeia, 2014, p. 5).

São elas:

1. Desenvolver estratégias nacionais globais,
2. Criar um Centro Europeu de Conhecimento;
3. Reforçar o papel da Rede de Sensibilização para a Radicalização (RSR);
4. Desenvolver e facilitar a formação para profissionais no terreno;
5. Apoiar programas de desradicalização e desvinculação ("Estratégias de saída");
6. Cooperar para responder aos desafios da Internet;
7. Implicar as vítimas;
8. Incentivar o espírito crítico dos jovens relativamente às mensagens extremistas;
9. Aumentar as atividades de investigação;
10. Cooperação Internacional com países terceiros. (não integrantes da UE)

5.2.2 A estratégia

Em 04 de junho de 2014 foi, entretanto, adotada a Estratégia da UE de Combate à Radicalização e ao Recrutamento do Terrorismo (Conselho da União Europeia, 2014b). Esta estratégia teve por base o "Projeto de estratégia revista da UE no domínio do combate à radicalização e ao recrutamento para o terrorismo" (Conselho da União Europeia, 2014a).

Esta estratégia insere-se no Âmbito da Estratégia Antiterrorista da UE visando combater a radicalização que conduz ao terrorismo, assumindo-se como principal desafio o de "evitar que indivíduos sejam radicalizados, se tornem radicais e sejam recrutados para o terrorismo, e de evitar o surgimento de uma nova geração de terroristas" (Conselho da União Europeia, 2014a).

Embora diferentes das linhas de ação apontadas em 2013, a **nova** estratégia define também 10 **áreas de ação** nas quais devem incidir os esforços da UE e dos Estados Membros.

A seguir passaremos a elencar estas áreas de ação, descrevendo as principais linhas de atuação a adotar. São elas:

5.2.2.1**. Promover a segurança, a justiça e a igualdade de oportunidades para todos**

Fatores como a desigualdade, a marginalização, a exclusão social e a dificuldade de acesso a uma educação de qualidade são suscetíveis de conduzir à radicalização e ao recrutamento de terroristas. Embora isoladamente não conduzam necessariamente à radicalização de indivíduos e ao recrutamento para o terrorismo, podem, contudo, tornar mais atraente o discurso extremista associado ao terrorismo.

Nesse contexto a estratégia da UE defende a necessidade de incidir o foco nas seguintes áreas:

"- Luta contra as desigualdades e a discriminação;
- Promoção do diálogo intercultural;
- Reforço da educação para permitir a criação de oportunidades e o pensamento crítico;
- Promoção da tolerância e do respeito mútuo;
- Intercâmbio de pontos de vista e;
- Divulgação dos êxitos alcançados nestes domínios junto da sociedade civil" (Conselho da União Europeia, 2014a).

Fora da Europa a Estratégia da UE aponta ainda a necessidade de se incentivar e promover boa governança, o respeito pelo Estado de direito e pelos direitos humanos, a democracia, a educação, o desenvolvimento econômico, a reforma do setor da segurança e a estabilidade, através do diálogo político e dos diversos programas de assistência da UE. (Conselho da União Europeia, 2014a)

5.2.2.2**. Garantir que as opiniões da maioria prevaleçam sobre o extremismo**

As visões extremistas do mundo podem levar certas pessoas a aceitar e tentar justificar a violência. A propaganda extremista, como é o caso da publicação "Inspire" da AQ e a "Dabiq" do EI, expõem uma retórica que distorce a realidade dos conflitos servindo-se destes como prova da colisão entre diversos valores culturais e religiosos e opções sociais.

A estratégia da UE aponta como caminho "a promoção e a sensibilização e reforço da voz da maioria que é favorável à moderação e rejeita o recurso à violência. Precisamos não só de reforçar as vozes moderadas, mas também de ter a certeza que elas são ouvidas. Essas vozes têm de ser veiculadas por meio de uma plataforma apropriada, como os meios de comunicação social e as redes sociais, que devem ser credíveis para o público-alvo. Haverá que incentivar e apoiar a

participação direta da sociedade civil na promoção de uma resposta moderada" (Conselho da União Europeia, 2014a). No que se refere à radicalização que conduz ao terrorismo por motivos religiosos, nomeadamente o apelo à jihad, é necessário um diálogo entre as autoridades públicas e os diferentes grupos sociais, culturais e religiosos em causa e com os seus dirigentes, continuando o esforço de criar um léxico não-emotivo, a fim de garantir que as mensagens de desconstrução da narrativa extremista não venham agravar as diferenças (Conselho da União Europeia, 2014a).

5.2.2.3**. Reforçar as comunicações oficiais**

Elas não são apenas um meio de expor as decisões políticas mas também um poderoso instrumento de apoio à execução de políticas. Estas mensagens devem ser veiculadas com eficácia e eficiência, não só à população em geral mas especialmente aos indivíduos suscetíveis de serem receptivos às mensagens de radicalistas, sob pena de serem receptivos às opiniões extremistas.

Assim, esta estratégia defende que se deverá "promover o desenvolvimento de métodos de comunicação adaptados a cada caso, de modo a rebater a ideologia extremista que apoia ou está associada ao terrorismo, quer *on line* quer por outros meios. Sendo fundamental comunicar numa linguagem adequada ao contexto e ao público, recorrendo a uma série de canais de distribuição credíveis e apropriados, e rebater as comunicações radicais ou extremistas nas plataformas mais frequentemente utilizadas por aqueles que correm maior risco de serem radicalizados" sendo necessário simultaneamente "garantir a coerência, clareza e continuidade na comunicação das nossas mensagens a todos os níveis" (Conselho da União Europeia, 2014a). Quanto ao conteúdo destas mensagens a estratégia da UE advoga que importa que se comunique claramente aquilo que defendemos dando ênfase às normas e valores europeus como o direito internacional, direitos humanos e Estado de direito, reforçando a comunicação oficial sobre o trabalho realizado, como a ajuda humanitária e o apoio ao desenvolvimento de países terceiros, devendo as comunicações ser pertinentes, apelativas e significativas, especialmente para aqueles que se sentem mais hostis e marginalizados.

É exatamente neste campo que a utilização da Internet e das redes sociais se reveste de grande importância, especialmente para responder rapidamente a uma retórica de apoio ao terrorismo *on line* e para chegar às pessoas mais receptivas às mensagens de radicalização, sendo necessário incentivar as parcerias público-privadas com vista a responder ao desafio da radicalização *on line* (Conselho da União Europeia, 2014a, pp. 6, 7).

5.2.2.4**. Apoiar as mensagens contra o terrorismo**

A contranarrativa, ou contradiscurso, assume aqui um papel central, tendo um duplo objetivo: convencer os que já estão envolvidos no terrorismo violento a abandoná-lo e dissuadir os que simpatizam com o discurso terrorista de nele se envolverem.

Aqui a estratégia da UE reputa como necessário apoiar e amplificar o discurso de contranarrativa das pessoas com influência local , e outras entidades que possam moldar a opinião pública através de um discurso positivo e credível, através de projetos com estes intervenientes no sentido de assegurar que lhes sejam dados os devidos apoios e capacidades.

No âmbito da implicação de vítimas de terrorismo na contranarrativa, a fim de criar uma mensagem verdadeiramente forte, poderão ser envolvidos grupos de vítimas do terrorismo, pois as vítimas e as suas famílias estão na melhor posição para tirar o brilho e a legitimidade ao discurso extremista (Conselho da União Europeia, 2014a, pp. 7, 8).

Numa outra vertente, poderão ser explorados os testemunhos dados por antigos terroristas que abandonaram a via da violência e pelos seus familiares, devendo seus depoimentos ser promovidos e postos em confronto com a mensagem extremista, pois são instrumentos poderosos para combater os discursos e os ideais que vão na mente dos potenciais terroristas (Conselho da União Europeia, 2014a, p. 8).

5.2.2.5**. Combater a radicalização e o recrutamento de terroristas em linha (online)**

A Internet e as redes sociais têm sido utilizadas para a difusão de material de propaganda, para angariar fundos, o recrutamento e a comunicação com indivíduos com ideias afins, mas também como um campo de treino virtual, bem como um meio de intercâmbio de competências (Rabasa & Benard, 2014, pp. 117-122).

O combate à radicalização e ao recrutamento de terroristas pela Internet é um trabalho vasto que abrange não só atividades que têm por objetivo perturbar a utilização da Internet para fins terroristas, mas também iniciativas que se destinam a contestar o discurso terrorista, sendo uma tarefa a realizar tanto a nível nacional como europeu, por pessoas e organizações da sociedade civil. Relativamente a conteúdos ilegais exige-se um diálogo com o setor privado, em particular a indústria da Internet e das redes sociais, tanto na Europa como no resto do mundo. Reputam-se assim como necessários esforços no sentido de utilizar a Internet e as redes sociais para a contranarrativa. A Estratégia da UE indica que se deve continuar a estudar as formas de prevenir ativamente a radicalização e o recrutamento de terroristas através da Internet e das redes sociais, sempre de acordo com os princípios do Estado de direito e no pleno respeito pelo direito internacional em matéria de direitos humanos (Conselho da União Europeia, 2014a, p. 8).

5.2.2.6**. Formar, capacitar e contratar profissionais de primeira linha dos vários setores pertinentes**

Existem na sociedade setores que permitem evitar que aqueles que apoiam o terrorismo ou promovam o extremismo se tornem eles próprios terroristas. Neste campo a formação de professores, de assistentes sociais e profissionais da saúde, dirigentes religiosos e agentes das forças e serviços de segurança são essenciais para o sucesso de qualquer programa de combate à radicalização, pois são os que estão em melhores condições de identificar sinais de radicalização numa fase precoce. Contudo é necessário que estejam sensibilizados para esta temática, pelo que precisam de conhecer e compreender os sinais da radicalização para o terrorismo. Com a sua participação podem surgir oportunidades para uma intervenção numa fase inicial do processo de radicalização e impedir os indivíduos de serem arrastados para atividades ligadas aos extremismos violentos, como o terrorismo (Conselho da União Europeia, 2014a, pp. 8, 9).

Relativamente a esta temática, considera-se na Estratégia da UE que se deve "incentivar a elaboração de programas de sensibilização e módulos de formação especificamente concebidos para este setor e a pensar nos profissionais de primeira linha, a fim de os ajudar a compreender melhor a radicalização e o recrutamento para o terrorismo e de lhes fornecer as competências necessárias para debater questões afins, bem como para os ajudar a prestar apoio aos indivíduos em risco ou a buscar ajuda junto de profissionais especializados" (Conselho da União Europeia, 2014a, pp. 8, 9).

5.2.2.7**. Ajudar os cidadãos e a sociedade civil a aumentar a resiliência**

Neste campo a aposta da UE é "dar à sociedade civil capacidade para criar e promover a resiliência necessária para fazer frente e resistir ao apelo do terrorismo"

(Conselho da União Europeia, 2014a, p. 9). O aumento da resiliência pode ser conseguido concedendo apoio aos jovens e à sua formação para os ajudar a desenvolver uma noção positiva de identidade e a reconhecer os perigos dos discursos extremistas, colaborando com o setor privado e a sociedade civil de modo a aumentar a confiança e a transparência. Estes fatores levarão a que se consiga tornar os cidadãos mais resistentes a ideologias extremistas, logo, menos suscetíveis de serem radicalizados e recrutados para o terrorismo.

Na Estratégia da UE torna-se necessário "promover, nomeadamente, a educação/formação dos jovens, sobretudo através das escolas e universidades nas questões relacionadas com a nacionalidade, a política, a tolerância religiosa e nacional, os valores democráticos, as diferenças culturais e as consequências históricas da violência instigada a nível político e nacional" (Conselho da União Europeia, 2014a, pp. 9, 10).

5.2.2.8**. Apoiar as iniciativas de "afastamento"**

A tônica desta área de ação está em levar os indivíduos radicalizados a renunciar à violência, desvincularem-se e afastarem-se de um grupo ou movimento, ou mesmo rejeitar uma filosofia de apoio ou promoção de ideologias extremistas relacionadas com o terrorismo. Nessa ótica é considerado na Estratégia da UE que os Estados-Membros devem considerar conceber e desenvolver estratégias de afastamento e de saída adaptadas à cultura e ao contexto específico de cada comunidade, devendo estes programas ser avaliados regularmente de modo a garantir a sua eficácia. Mais uma vez a RSR assume um especial relevo no intercâmbio de boas práticas e de experiências a nível europeu, contribuindo para o desenvolvimento de novos programas, a aquisição de saber e a reintegração de antigos terroristas (Conselho da União Europeia, 2014a, p. 10).

5.2.2.9**. Apoiar a prossecução da investigação sobre as tendências e os desafios da radicalização e do recrutamento para o terrorismo**

A compreensão dos fenômenos de radicalização é nuclear. Assim, os esforços para melhor compreender o fenômeno em todas as suas formas e no que toca ao papel desempenhado pelos intervenientes no processo, a todos os níveis, são fundamentais para obter uma resposta eficaz. Para além da contribuição de peritos, as fontes bibliográficas dão informações valiosas sobre as causas da radicalização para fenômenos de extremismo violento, como o terrorismo. Existem ainda várias questões importantes em que são necessários mais elementos empíricos e de investigação que contribuam para orientar futuras decisões de caráter político no domínio das estratégias e dos programas de saída. Neste campo a própria UE reconhece que "a investigação realizada a nível da UE, com o apoio financeiro da Comissão, pode constituir um valor acrescentado na análise das tendências globais da radicalização e oferecer respostas possíveis" (Conselho da União Europeia, 2014a, pp. 10, 11).

5.2.2.10 **Harmonizar os trabalhos de luta contra a radicalização a nível interno e externo**

O foco nesta área prende-se com a coerência entre as políticas desenvolvidas a nível interno da UE com as políticas desenvolvidas em parceria com e em países terceiros. As ameaças representadas pelo fenômeno dos combatentes extremistas estrangeiros, em particular aos terroristas, tanto em solo europeu como estrangeiro, são indissociáveis de mensagens difundidas para a Europa com o fito de radicalizar e recrutar indivíduos para o terrorismo, tanto doméstico como externo. É assim importante uma abordagem comum entre esta estratégia e a estratégia antiterrorista da UE, bem como o desenvolvimento da política de gestão das fronteiras, incluindo

as políticas de vistos, dentro do quadro jurídico existente na UE. É fulcral desenvolver um trabalho de colaboração não só com os países terceiros, mas nesses países, pelo que a luta contra a radicalização não pode deixar de ter uma componente externa, sendo necessário apoiar os países terceiros no reforço do respetivo setor da segurança e do Estado de direito (Conselho da União Europeia, 2014a, pp. 11, 12).

Assim, no âmbito desta estratégia "deve ser incentivado um trabalho de sensibilização para o esforço de luta contra a radicalização no contexto dos programas de desenvolvimento de cada país, nos casos em que isso se justifique, e ainda ser tida em conta a radicalização na análise global de cada país, como base de programação. Seria assim mais fácil, conforme os casos, concentrar alguns dos programas de desenvolvimento da UE em certas zonas geográficas/comunidades em que são particularmente elevados os níveis de radicalização e de recrutamento para o terrorismo" (Conselho da União Europeia, 2014a, p. 12).

5.2.3 Execução da estratégia

A execução da Estratégia da UE de Combate à Radicalização consubstancia-se certamente em um dos vetores mais sensíveis ao seu sucesso. Com esta estratégia são apenas dadas linhas gerais de atuação, sendo que cumpre aos Estados-Membros fazer o necessário, individualmente e em conjunto, com o apoio do Coordenador da Luta Antiterrorista e da Comissão Europeia, para pôr em prática esta estratégia e com as Nações Unidas, o Conselho da Europa, a OSCE e o Fórum Mundial contra o Terrorismo para desenvolver projetos fora da Europa. O trabalho coordenado nesta temática é essencial ao seu sucesso (Conselho da União Europeia, 2014a, pp. 12, 13)

O combate à radicalização e ao recrutamento para o terrorismo constitui um desafio que cabe sobretudo aos Estados-Membros vencer, variando as ações, conforme as diferentes realidades econômicas e sociais. Contudo, existem elementos comuns quanto às abordagens a adotar e amplo consenso de que é necessário trabalhar em conjunto para resolver este problema, onde se inclui um alargado conjunto de atores, tais como as instituições estatais, a sociedade civil e o setor privado. Os Estados-Membros devem adaptar as suas estratégias à sua própria realidade, coordenar as suas políticas, partilhar informações e experiências no que diz respeito ao esforço para fazer frente aos desafios da radicalização e do extremismo violento e do recrutamento para o terrorismo, tanto a nível nacional, europeu e extra-Europa, estabelecendo as melhores práticas e cooperar no desenvolvimento de novos vetores de atuação (Conselho da União Europeia, 2014a).

5.3 BOAS PRÁTICAS NO COMBATE À RADICALIZAÇÃO

No cenário europeu, à luz da estratégia de combate à radicalização da União Européia, têm surgido algumas iniciativas no sentido de identificar e implementar políticas e boas práticas no combate e prevenção da Radicalização.

Após análise do autor deste trabalho, foram colhidas boas práticas de 2 dos diversos projetos de combate à Radicalização, a saber: a Rede de Sensibilização para a Radicalização (Radicalisation Awareness Network) e o Projeto "CoPPRa":

5.3.1 A Rede de Sensibilização para a Radicalização

A Rede de Sensibilização para a Radicalização (RSR), ou Radicalisation Awareness Network (RAN), no seu nome original, é uma rede coordenadora que tem como objetivo interligar peritos envolvidos na prevenção da Radicalização e do Extremismo Violento em toda a Europa. No âmbito da RSR os agentes de primeira intervenção podem reunir-se, cada um na sua área de conhecimento, para trocarem ideias, conhecimento e experiências sobre o combate à Radicalização e ao

Extremismo Violento (Comissão Europeia, 2015a). Os resultados do trabalho desenvolvido pela RSR são comunicados aos decisores políticos, tanto no que concerne à UE como aos Estados-Membros.

A RSR encontra-se organizada em grupos de trabalho temáticos, existindo oito grupos de trabalho, cada um com a sua temática:

RAN POL – Versa do papel das forças de segurança na prevenção da Radicalização tendente ao Extremismo Violento/Terrorismo;

RAN VVT – Versa sobre a utilização do testemunho de vítima de terrorismo no combate à Radicalização tendente ao Extremismo Violento/Terrorismo;

RAN @ - Versa sobre a utilização da Internet como vetor de contranarrativa;

RAN PREVENT – Versa sobre a intervenção precoce com indivíduos ou grupos vulneráveis à Radicalização tendente ao Extremismo Violento/Terrorismo;

RAN DERAD – Versa sobre políticas de desradicalização;

RAN P&P – Versa sobre o papel do Sistema prisional e outros atores que trabelhem em prisões no combate à Radicalização tendente ao Extremismo Violento/Terrorismo;

RAN HEALTH – Versa sobre o aumento da sensibilização no setor da saúde;

RAN INT/EXT – Versa sobre a problemática da Radicalização e do fenómeno dos Combatentes estrangeiros e o papel da Diáspora no combate à Radicalização (Comissão Europeia, 2015b).

Focando mais especificamente no grupo de trabalho (GT) RAN POL. Este GT tem como objetivo aumentar a consciência dos agentes de primeira linha das forças de segurança para o problema da radicalização violenta. A RAN POL permite facilitar a criação de redes de profissionais envolvidos no combate à radicalização violenta, promover a aprendizagem e a cooperação relacionada com a prevenção da radicalização violenta através de conferências, seminários, mesas redondas, workshops e visitas de estudo e formular recomendações aos decisores políticos, tendo como ambição oferecer uma ampla cobertura geográfica dentro da UE. As tarefas atribuídas a este GT são:

Completar a lista de pontos de contato a nível europeu;

Organizar workshops; Facilitar as sessões de treino CoPPRa nos Estados-Membros, adaptando-os às necessidades regionais;

Explorar os requisitos e aptidão para atividades focadas em atores auto radicalizados; e

Projetar um processo de avaliação pelos pares de Boas Práticas e apoio a atividades neste domínio (Comissão Europeia, 2015c).

No âmbito das boas práticas a RSR publicou uma base de dados de boas práticas em que é possível pesquisar as boas práticas por países, público-alvo e por estratégia de aproximação. Pela sua dimensão não é todo possível replicá-la neste trabalho, contudo a mesma encontra-se disponível na Internet. Esta coleção de boas práticas divide-se em diversas áreas como: Sensibilização de agentes de primeira intervenção; Estratégias de saída: desradicalização e desvinculação; Supressão de lacunas através do diálogo; Empenhamento da comunidade e fortalecimento; Educação de jovens; Apoio e fortalecimento de famílias; Emprego de contranarrativa; e Criação de infraestruturas institucionais (RAN - Radicalisation Awareness Network, 2014).

5.3.2 O projeto “CoPPRa”

Atentos aos desafios colocados pela Radicalização e pelo Extremismo Violento, apesar da dimensão nacional e internacional destes fenômenos, as forças de segurança assumem um papel fundamental no envolvimento das comunidades

locais, aumentando a sua resiliência à radicalização e intervindo no apoio aos indivíduos em risco de radicalização e adesão a fenômenos de extremismo violento como o terrorismo.

Nesse sentido, em 2010, durante a presidência belga da UE, foi criado o Projeto "CoPPRa". "CoPPRa" significa "Community policing and prevention of radicalisation", o que pode ser traduzido livremente como "Policiamento comunitário e prevenção da radicalização". Este é um projeto de policiamento comunitário de proximidade que se destina a desenvolver técnicas de prevenção de atos de extremismo violento, como terrorismo, através da detecção precoce de possíveis sinais de radicalização. O Projeto "CoPPRa" desenvolve-se em três áreas de atividade:

-A criação de ferramentas práticas de fácil utilização para apoio a agentes de primeira intervenção das forças de segurança na deteção de sinais de radicalização;

-O desenvolvimento de um currículo comum para formação de agentes de primeira intervenção das forças de segurança; e

-Identificação e intercâmbio de boas práticas sobre como estancar fenômenos de radicalização em parceria com outros parceiros locais.

Posteriormente, em 2011, foi criado o "CoPPRa II" cujos objetivos eram: melhorar e atualizar as ferramentas desenvolvidas pelo "CoPPRa"; Organizar programas de formação de formadores com a duração de uma semana; e, em associação com a Academia Europeia de Polícia (CEPOL) criar um módulo de e-learning baseado no manual de treino do "CoPPRa" (CoPPRa, 2013a).

Este projeto tem disponível no seu sítio na Internet uma vasta panóplia de recursos que estão disponíveis para apoio aos agentes de primeira intervenção das forças de segurança.

Neste âmbito, o CoPPRa disponibiliza um conjunto de boas práticas baseadas no policiamento comunitário como estratégia antiterrorista. Assim, este projeto defende que o engajamento das forças de segurança junto da comunidade deve centrar-se em descobrir as preocupações da comunidade sobre crime e segurança, procurando conquistar a confiança da população. Em consequência, o policiamento comunitário encerra em si o potencial de gerar Informações úteis, fornecidas de forma voluntária pela própria comunidade. Neste sentido enumeram seis princípios básicos que as forças de segurança devem seguir de forma a obterem uma genuína cooperação e apoio por parte do público; a saber:

Atenção – As forças de segurança devem estar atentas aos problemas e "estar presentes";

Confiança – É necessário um certo grau de previsibilidade quanto à atuação das forças de segurança, sabendo que estas atuam quando solicitadas;

Capacidade de Resposta – As forças de segurança devem fornecer um serviço focado no público e que transmita ao público segurança;

Competência – O público respeita as forças de segurança como organização se estas conseguirem cumprir com o seu dever. Se isto não for possível, o público respeita a força de segurança que de forma clara e honesta explicar porque não foi capaz de cumprir com o seu dever;

Comportamento – A relação interpessoal das forças de segurança com a população tem mais impacto do que os resultados que as forças de segurança conseguem atingir;

Justiça – As forças de segurança devem tratar a população de forma justa (CoPPRa, 2013b, p. 1).

Através do desenvolvimento de parcerias locais e do relacionamento com as comunidades, o policiamento comunitário representa um papel fundamental na

prevenção da Radicalização e do Extremismo Violento. Neste sentido o CoPPRa defende que a prevenção pode ser levada a cabo se o policiamento comunitário for orientado para os seguintes objetivos:
Objetivo 1 – Minar a ideologia extremista; Apoiar as vozes da maioria moderada. Assim, que a ideologia extremista estiver desacreditada as contranarrativas têm maior proeminência e credibilidade (CoPPRa, 2013b, pp. 1, 2);
Objetivo 2 – Perturbar aqueles que promovem o extremismo violento; Fortalecer as instituições vulneráveis para que aqueles que promovam ideologias de extremismo violento sejam ineficazes e as instituições e locais sem governo sejam fortalecidas contra indivíduos que promovam o extremismo violento (CoPPRa, 2013b, p. 3);
Objetivo 3 – Apoiar indivíduos vulneráveis ao recrutamento por extremistas; Criar mecanismos de apoio de forma que indivíduos vulneráveis sejam encorajados a observar e seguir alternativas a atividades extremistas (CoPPRa, 2013b, pp. 3, 4);
Objetivo 4 – Aumentar a resiliência das comunidades para que estas resistam a extremistas e não se envolvam, para que as estruturas sociais tenham uma forte liderança e sentido cívico, articulado em valores comuns, isolando extremistas e quem os apoia; (CoPPRa, 2013b, p. 5);
Objetivo 5 – Enfrentar de forma determinada os sentimentos de queixa e injustiça para que os sentimentos que contribuem para um Extremismo Violento sejam abordados de forma eficaz e os sentimentos adversos sejam ilididos (CoPPRa, 2013b, p. 7)
Objetivo 6 – Investir em Informações, para que seja possível conhecer os fenômenos de extremismo violento e as suas causas. Torna-se necessário habilitar os agentes de primeira intervenção das forças de segurança de informação fácil de utilizar que lhes permitam identificar sinais precoces de radicalização (CoPPRa, 2013b, pp. 7, 8);
Objetivo 7 – Implementar comunicação estratégica bidirecional que permita perceber os públicos-alvo e compreender a linguagem que funciona e a que não funciona (CoPPRa, 2013b, p. 9).

5.4 O PAPEL DAS FORÇAS DE SEGURANÇA E DA COMUNIDADE

A importância da consciencialização das forças de segurança para a problemática da Radicalização, especialmente dos agentes de primeira intervenção, tem-se demonstrado como uma das principais lições a retirar a partir da experiência recolhida pelas diferentes forças de segurança europeias. O policiamento comunitário é, por outro lado, uma ferramenta importantíssima que permite detetar precocemente sinais de radicalização. Contudo, tem-se observado que muitas vezes os policiais pouco sabem sobre esse fenômeno, sendo importante reconhecerem os sinais de radicalização e quais as respostas a dar (RAN - Radicalisation Awareness Network, 2014, p. 8).

Assim, formações de consciencialização para agentes das forças de segurança a par de programas de Policiamento de Proximidade e Segurança Comunitária, como, por exemplo, o programa “Escola Segura” permitem às forças de segurança um maior envolvimento com a comunidade, sendo possível fazer uma detecção precoce de sinais de Radicalização, uma maior apanha de Informações sobre o fenômeno da Radicalização e Extremismo Violento e uma intervenção oportuna sobre indivíduos em risco, ainda antes destes encetarem ações de âmbito criminal, aumentando desta forma a resiliência da comunidade. A comunidade assume-se assim como um ponto focal na estratégia de combate à Radicalização, sendo cada vez mais necessário adaptar as estratégias à comunidade a que se destinam.

5.4.1 Abordagens orientadas para a comunidade

Tradicionalmente as políticas e práticas antiterroristas eram segmentadas por comunidades, sendo dirigidas a comunidades para obtenção de Informações e operações de segurança conduzidas numa ótica de segurança de Estado. Focavam-se em táticas de utilização de poderes de polícia, como buscas e, operações encobertas e métodos de recolha de Informações para detectar terroristas suspeitos e desarticular as suas atividades, nomeadamente atentados e planos de atentados. Esses métodos, por regra não envolviam qualquer participação da comunidade, não se destinavam a ganhar a sua confiança e raramente eram adaptados às características dessas mesmas comunidades (OSCE, 2014, p. 68). Em alguns países, contudo, foram desenvolvidas abordagens orientadas para a comunidade, onde os objetivos, as políticas e as medidas são definidas através de uma ótica de cooperação conduzida localmente e adaptada aos contextos locais, de modo a aumentar a sua eficácia. Esta tendência é o testemunho do reconhecimento que o poder público e as comunidades são parceiros nas estratégias antiterroristas. Estas estratégias visam envolver as comunidades e maximizar o seu apoio aos processos de decisão de política e na sua aplicação, tendo em conta as suas diferenças e singularidades. O envolvimento das comunidades permite também aumentar a responsabilização dos decisores políticos em relação aos cidadãos. O estabelecimento de relações de cooperação entre decisores políticos, forças de segurança e os representantes das comunidades é nuclear numa ótica das abordagens orientadas para a comunidade, podendo ser caracterizada por: parcerias baseadas na confiança entre a comunidade e as autoridades públicas; apoio da comunidade para a formulação, implementação e avaliação das várias estratégias, políticas e medidas tomadas; e Estratégias de antiterrorismo enquadradas e perseguidas numa ótica de segurança da comunidade em detrimento de uma ótica de segurança de Estado (OSCE, 2014, pp. 69, 70).

5.4.2 Policiamento orientado para a comunidade como medida de prevenção

Tanto a comunidade como as forças de segurança são partes interessadas nas abordagens aos fenômenos de Radicalização e de Extremismo Violento. Com a crescente ênfase na prevenção do terrorismo em detrimento das operações contraterroristas os diferentes atores intervenientes nas políticas de prevenção foram obrigados a uma colaboração mais estreita e multidisciplinar. O desenvolvimento de parceiras público-privadas entre a comunidade e as forças de seguranças obrigam a uma cooperação entre atores com diferentes pontos de vista e preocupações. Estas diferenças levam muitas vezes a um desequilíbrio nas relações entre os atores, devendo aqueles com maior peso na tomada de decisão fazer um esforço para o equilíbrio de todas as partes envolvidas. Para o sucesso destas parcerias torna-se assim importante o reconhecimento mútuo das diferentes perspectivas, devendo existir um comprometimento de todas as partes para o diálogo e transparência como plataforma de entendimento mútuo entre as partes (OSCE, 2014, pp. 70, 71).Neste sentido as forças de segurança devem procurar integrar-se na comunidade e fortalecer a sua legitimidade através de um policiamento consentido e através de meios que melhorem o seu serviço como serviço público. Algumas técnicas passam por: estar visível e acessível ao público, conhecer e ser conhecido pelo público; estabelecer parceiras com a comunidade; ouvir as preocupações da comunidade e responder às suas necessidades, respeitar e proteger os direitos de todos os membros da comunidade; e, ser responsável por todas as ações resultantes da sua atuação (OSCE, 2014, pp. 72-76).

O policiamento orientado para a comunidade pode ser uma estratégia efetiva para a redução da criminalidade. Se implementada com o adequado planejamento e

preparação pode também constituir-se como uma contribuição tangível e durável para uma estratégia mais vasta para a prevenção da Radicalização e do Extremismo Violento. Contudo, os decisores políticos e os responsáveis das forças de segurança devem ter expectativas realistas sobre os resultados que o policiamento orientado para a comunidade pode proporcionar como resposta a uma problemática altamente complexa, multidisciplinar e muitas vezes com baixas incidências. Deve também ser assumido desde o início que o policiamento orientado para a comunidade não é uma panaceia nem um "remédio santo" nesta problemática. É apenas uma ferramenta. Dada a natureza das forças de segurança na justiça penal em relação a fenômenos de Radicalização e Extremismo Violento, também a sua capacidade de atuação preventiva está limitada, muitas vezes por questões que estão fora das competências das próprias forças de segurança. Também o próprio fato desses fenômenos serem, por definição, baseados em decepção, ocultação, desinformação e segredo, resulta em que muitas vezes os seus atores retiram-se da própria interação social, diminuindo drasticamente as hipóteses de as forças de segurança identificarem oportunamente potenciais terroristas (OSCE, 2014, pp. 76-80).

6.CONCLUSÃO

As grandes evoluções do mundo atual, sem sombra de dúvida têm alterado o relacionamento entre as nações. O que se observa na perspectiva dos campos do poder é que existem fortes mudanças sociais, políticas e econômicas que, fruto da globalização e da atual complexidade na interação entre os estados, vêm afetando em muito as dinâmicas do jogo geopolítico mundial. Nesse nebuloso cenário observa-se atores estatais e não estatais.

Este trabalho teve por objetivo conhecer o processo de formação dos grupos extremistas e/ou terroristas originários do Oriente Médio e da África tendo como escopo a prevenção de ameaças no território brasileiro, Identificando os antecedentes históricos e as causas dos conflitos ético-religiosos que envolvem esses grupos, os principais grupos extremistas e as possíveis formas de atuação em nossa sociedade, bem como as ações preventivas que frustrem eventuais atuações terroristas em nosso meio.

Este é um tema, como foi visto no capítulo anterior que está na primeira pauta da agenda securitária da União Europeia, onde se tem assistido a um aumento dos ataques e tentativas de atentados terroristas, estando na linha de frente das preocupações das forças e serviços de segurança. Fenômenos como o dos combatentes terroristas estrangeiros e os recentes atentados na Europa têm por base todo um processo de radicalização que conduz à adoção de ideologias baseadas no extremismo violento, como o terrorismo. Assim, importa perceber como se desenvolve este processo, tendo noção que existem estratégias de abandono destas doutrinas. Vale o esforço de estudar esse assunto e buscar respostas a estas perguntas: Que estratégias existem no combate à Radicalização e ao Extremismo Violento? Quais as boas práticas nesta área? E que papel podem as forças de segurança desempenhar?

É importante lembrar que, a “Guerra ao Terror” capitaneada pelos EUA no pós-11 de setembro, não trouxe sinais de que os fenômenos de extremismo violento tenham diminuído. Os recentes ataques terroristas em Paris e o crescente fenômeno dos combatentes estrangeiros provam exatamente o contrário, não se esperando que esta tendência se inverta, muito pelo contrário, não se alterando a estratégia de combate a esse grave problema social, a ferida permaneceria aberta. Existe um consenso alargado no seio dos especialistas de que o radicalismo e o extremismo violento têm sido mal abordados e mal geridos. Neste sentido, a abordagem cinética de forte componente militar que tem sido adotada no combate ao fenômeno do terrorismo tem sido alvo de fortes críticas.

Diante de tão grave mazela social com abrangência global, resolvemos tentar entender esse quadro e não nos conformarmos com a irreversibilidade da situação. Precisamos curar essa ferida!! Procuramos assim perceber quais as boas práticas que têm sido adotadas em países onde essa problemática tem maior incidência e alguns dos projetos em curso para a sua implementação. Encontramos projetos em curso na União Europeia, onde tem existido um grande esforço no sentido sensibilizar os mais diversos setores da sociedade para esta realidade. Atento à importância dada às forças de segurança e à própria comunidade, procurou-se perceber qual o papel que estes dois atores têm na prevenção da Radicalização, percebendo-se que o policiamento orientado para a comunidade pode ser uma poderosa ferramenta na detecção precoce de situação de Radicalização.

Conclui-se assim, que o combate à Radicalização e ao Extremismo Violento consubstanciam-se como importante forma de prevenção ao terrorismo, mostrando-se mais eficaz que ações repressivas que visam somente o extermínio das manifestações extremistas sem atentar para os antecedentes psicossociais, vindo a combater, momentaneamente, os resultados e não as causas. Nesse escopo a União Europeia tem inovado, percebendo claramente a importância de uma estratégia global de combate a estes fenômenos. No campo das soluções conclui-se que já existe um vasto manancial de boas práticas no que concerne à prevenção da Radicalização, passando pela sensibilização dos mais diversos setores da sociedade, onde se incluem as forças de segurança e as comunidades locais. Desta forma, para preservar a sociedade brasileira desses fenômenos poder-se-á adaptar à realidade de cada comunidade ou região as soluções apresentadas no capítulo anterior, as quais outros já provaram serem eficazes, não se gastando tempo e recursos em soluções em que outros já falharam. Segue abaixo uma síntese das ideias colhidas:

6.1 Ações que podem balizar uma possível Estratégia de prevenção e/ou combate à Radicalização e ao Extremismo Violento em território brasileiro:

6.1.1 **Promoção da segurança, da justiça e da igualdade de oportunidades para todos**

Políticas nos campos social e de segurança no nível federal, estadual e municipal devem balizar estratégias que envolvam as seguintes ações:

- Lutar contra as desigualdades e a discriminação;
- Promover o diálogo intercultural;
- Reforçar a educação para permitir a criação de oportunidades e o pensamento crítico;
- Promover a tolerância e o respeito mútuo;
- Promover o intercâmbio de pontos de vista e;
- Divulgar os êxitos alcançados nesses domínios junto da sociedade civil

6.1.2 **Eliminação dos efeitos da propaganda sobre o extremismo na opinião da população e reforço das comunicações oficiais e privadas**

A propaganda extremista poderá se utilizar de uma retórica que venha a distorcer a realidade dos conflitos sociais ou religiosos na sociedade brasileira, se é que eles existem, servindo-se desses para confrontar valores culturais e religiosos e opções sociais, trazendo confusão.

Políticas nos campos social e de segurança no nível federal, estadual e municipal devem balizar estratégias que visem:

promover e reforçar a voz da maioria que é favorável à moderação e rejeita o recurso à violência. Precisamos não só de reforçar as vozes moderadas, mas também de ter a certeza que elas são ouvidas. Essas vozes têm de ser veiculadas por meio de uma plataforma apropriada, como os meios de comunicação social e as redes sociais, que devem ter credibilidade junto ao público-alvo. Haverá que incentivar e apoiar a participação direta da sociedade civil na promoção de uma resposta moderada. Poderão ser implementados projetos na área da educação com inserções nos currículos de conceitos como radicalização, extremismo violento, terrorismo e desradicalização. Os órgãos de assessoramento direto e imediato (OADI) dos Comandantes das Forças Armadas, particularmente os voltados à área de comunicação social, poderão implementar ações por meio de projetos de orientação, conscientização e divulgação, incluindo o uso das redes sociais, em apoio ao Ministério da Educação.

promover o desenvolvimento de métodos de comunicação adaptados a cada caso, de modo a rebater a ideologia extremista que apoia ou está associada ao terrorismo, quer *on line* quer por outros meios. Sendo fundamental a comunicação numa linguagem adequada ao contexto e ao público, recorrendo a meios apropriados e que possuam credibilidade junto à sociedade e possam rebater as comunicações radicais ou extremistas nas plataformas mais frequentemente utilizadas por aqueles que correm maior risco de serem radicalizados, sendo necessário garantir a coerência, clareza e continuidade na comunicação das nossas mensagens a todos os níveis.

Quanto ao conteúdo dessas mensagens, importa que se comunique claramente aqueles valores que defendemos como o direito internacional, direitos humanos e o estado de direito, reforçando a comunicação oficial sobre o trabalho realizado, como a ajuda humanitária e o apoio ao desenvolvimento dos países amigos ou lindeiros, devendo as comunicações ser pertinentes, apelativas, significativas e persuasivas, especialmente para aqueles que se sentem mais hostis e marginalizados.

É exatamente neste campo que a utilização da Internet e das redes sociais se reveste de grande importância, especialmente para combater rapidamente a uma retórica de apoio ao terrorismo *on line* e para chegar às pessoas mais receptivas às mensagens de radicalização, sendo oportuno incentivar as parcerias público-privadas com vista a combater o desafio da radicalização *on line. Nesse escopo as Forças Armadas podem atuar por meio de projetos que incluam a participação do* Comando de Defesa Cibernética (Com D Ciber)*, órgão conjunto que hoje compõe o organograma do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército.*

Reveste-se de grande importância também, a participação do setor privado, em particular os formadores de opinião na indústria da Internet e das redes sociais. Surgem assim como necessários esforços no sentido de utilizar a Internet e as redes sociais para a contranarrativa extremista, num esforço contínuo de estudar as formas de prevenir ativamente a radicalização e o recrutamento de terroristas através da Internet e das redes sociais, na busca de estratégias e ações, sempre de acordo com os princípios do Estado de direito e no pleno respeito pelo direito internacional em matéria de direitos humanos

6.1.3 **Apoio às mensagens contra o terrorismo**

Neste quesito podem ser alavancadas ações para apoiar e amplificar o discurso de contranarrativa ao extremismo, utilizando pessoas com influência local e outras entidades como escolas, igrejas e associações de bairros, que possam moldar a opinião pública por meio de um discurso positivo e legítimo, através de projetos com esses intervenientes no sentido de assegurar que lhes sejam dados os devidos apoios e capacidades. Poderão ser envolvidos grupos de vítimas do terrorismo em atividades como palestras e simpósios, pois as vítimas e as suas famílias estão na melhor posição para tirar o brilho e a legitimidade ao discurso extremista

6.1.4 **Formação, capacitação e orientação de profissionais de primeira linha dos vários setores pertinentes, dando resiliência aos cidadãos e à sociedade civil**

Existem na sociedade setores que permitem evitar que aqueles que apoiam o terrorismo ou promovam o extremismo se tornem eles próprios terroristas. Neste campo a formação de professores, de assistentes sociais e profissionais da saúde, dirigentes religiosos e agentes das forças e serviços de segurança são essenciais para o sucesso de qualquer programa de combate à radicalização, pois são os que estão em melhores condições de identificar sinais de radicalização numa fase precoce por meio do contato direto com a população. Contudo é necessário que

estejam sensibilizados para esta temática, pelo que precisam de conhecer e compreender os sinais da radicalização para o terrorismo, bem como as técnicas para neutralizar essa influência. Com a sua participação podem surgir oportunidades para uma intervenção numa fase inicial do processo de radicalização e impedir os indivíduos de serem arrastados para atividades ligadas aos extremismos violentos, como o terrorismo. São pertinentes atividades como estágios, simpósios e ciclos de palestras destinadas aos professores, assistentes sociais e profissionais da saúde, dirigentes religiosos e agentes das forças e serviços de segurança e outros agentes sociais. Cabem ainda elaboração de programas de sensibilização e módulos de formação especificamente concebidos para esses profissionais de primeira linha, a fim de os ajudar a compreender melhor a radicalização e o recrutamento para o terrorismo e de lhes fornecer as competências necessárias para neutralizar influências e debater questões afins, bem como para os ajudar a prestar apoio aos indivíduos em risco ou a buscar ajuda junto de profissionais especializados.

Tudo isso cria condições e promove a resiliência necessária para fazer frente e resistir ao apelo do terrorismo, sobretudo nas escolas e universidades nas questões relacionadas com a nacionalidade, a política, a tolerância religiosa e nacional, os valores democráticos, as diferenças culturais e as consequências históricas da violência instigada a nível político e nacional. O aumento da resiliência pode ser conseguido concedendo apoio aos jovens e à sua formação para os ajudar a desenvolver uma noção positiva de identidade e a reconhecer os perigos dos discursos extremistas, colaborando com o setor privado e a sociedade civil de modo a aumentar a confiança e a transparência. Estes fatores levarão a que se consiga tornar os cidadãos mais resistentes a ideologias extremistas, logo, menos suscetíveis de serem radicalizados e recrutados para o terrorismo.

6.1.5**. Apoio às iniciativas de "afastamento"**

A tônica desta área de ação está em levar os indivíduos radicalizados a renunciar à violência, desvincularem-se e afastarem-se de um grupo ou movimento, ou mesmo rejeitar uma filosofia de apoio ou promoção de ideologias extremistas relacionadas com o terrorismo. Nesse contexto as autoridades públicas federais , estaduais e municipais, juntamente com a sociedade civil organizada, devem considerar conceber e desenvolver estratégias de afastamento das ideias extremistas e de saída adaptadas à cultura e ao contexto específico de cada comunidade, devendo haver iniciativas por meio de projetos que tragam programas, os quais devem ser avaliados regularmente de modo a garantir a sua eficácia, qual seja, a reintegração de antigos terroristas.

6.1.6**. Fomento ao estudo e à investigação sobre as tendências e os desafios da radicalização e do recrutamento para o terrorismo**

A compreensão dos fenômenos de radicalização é fundamental para a adoção de ações efetivas que eliminem possíveis influências extremistas na sociedade brasileira. Nesse mister se faz necessário recorrer para, além da contribuição de peritos, às fontes bibliográficas, as quais dão informações valiosas sobre as causas da radicalização para fenômenos de extremismo violento, como o terrorismo. Existem ainda várias questões importantes em que são necessários mais elementos empíricos e de investigação que contribuam para orientar futuras decisões de caráter político no domínio das estratégias, dos programas e ações que venham a ser implementados. A referida investigação terá que ser suportada por meio de recursos advindos de investimentos públicos, privados ou ambos, vindo a constituir um valor acrescentado na análise das tendências globais da radicalização e oferecer respostas possíveis.

6.1.7 **Integração dos trabalhos de luta contra a radicalização a nível interno e externo**

Neste viés verifica-se a necessidade da perfeita integração entre as políticas desenvolvidas em nível nacional e seus possíveis reflexos no âmbito internacional estimulando prováveis parcerias. Podemos , por exemplo, explorar a ameaça da Aliança entre a facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) e o grupo extremista islâmico Hezbollah para controlar o tráfico e o contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai (fato explorado no Capítulo 4) onde a cooptação de seguidores dá-se tanto internamente (âmbito PCC), como no campo externo (âmbito Hesbollah), com a inserção de combatentes oriundos do narcotráfico de entorpecentes no território nacional e combatentes extremistas estrangeiros respectivamente. É assim importante a integração entre as estratégias de abordagem de ambos os casos, tanto a desradicalização dos indivíduos envolvidos no narcotráfico de entorpecentes, bem como dos combatentes extremistas estrangeiros, sendo esses últimos associados ao desenvolvimento de uma política de gestão das fronteiras, incluindo as políticas de vistos, dentro do quadro jurídico brasileiro. Dentro do possível é importante, ainda, desenvolver um trabalho de colaboração não só com os países terceiros, mas nesses países, pelo que a luta contra a radicalização pode avançar e ter uma componente externa, sendo necessário apoiar os países terceiros no reforço do respetivo setor da segurança e do Estado de direito.

6.2 Boas práticas da sensibilização para a problemática e que poderão instigar novos estudos adaptados a cenários prospectivos da realidade brasileira:

6.2.1 Engajamento de agentes locais ou comunitários voluntários, que exerçam liderança local, de notório saber a respeito desta problemática e submetidos à aprovação da comunidade e das autoridades públicas locais, essa prática permite às forças de segurança um maior envolvimento com a comunidade, sendo possível fazer uma detecção precoce de sinais de Radicalização, uma maior apanha de Informações sobre o fenômeno da Radicalização e Extremismo Violento e uma intervenção oportuna sobre indivíduos em risco, ainda antes destes encetarem ações de âmbito criminal, aumentando desta forma a resiliência da comunidade;

6.2.2 Organização de reuniões comunitárias locais para troca de ideias, conhecimento e experiências sobre o combate à Radicalização e ao Extremismo Violento;

6.2.3 Os resultados dessas reuniões poderão ser comunicados aos decisores políticos locais, os quais podem viabilizar futuros projetos;

6.2.4 Os trabalhos desenvolvidos poderão ser organizados e divididos em grupos temáticos por áreas, como exemplo e sugestão:

-papel das forças de segurança na prevenção da Radicalização;

-utilização do testemunho de vítima de terrorismo no combate ao Extremismo Violento/Terrorismo;

-utilização da Internet como vetor de contranarrativa;

-intervenções precoces envolvendo indivíduos ou grupos vulneráveis à Radicalização e ao Extremismo Violento;

-políticas de desradicalização;

-papel do Sistema prisional e outros atores que trabalhem em prisões no combate à Radicalização e ao Extremismo Violento/Terrorismo;

-aumento da sensibilização no setor da saúde;

-problemática da Radicalização, do fenômeno dos Combatentes estrangeiros e o papel da Diáspora no combate à Radicalização;

-supressão de lacunas através do diálogo.
-educação de jovens;
-apoio e fortalecimento de famílias;
-emprego de contrapropaganda e contranarrativa;
-estudos de viabilidade da criação de infraestruturas institucionais.
6.2.5 Criação de redes locais de profissionais voluntários envolvidos no combate à radicalização violenta, com estudos de estratégias de saída envolvendo desradicalização e desvinculação;
6.2.6 Promoção de aprendizagem e cooperação relacionadas com a prevenção da radicalização violenta através de conferências, seminários, mesas redondas, workshops e visitas de estudo;
6.2.7 Formulação de recomendações aos decisores políticos locais;

6.3 Papel que a comunidade e as forças de segurança podem desempenhar na prevenção da radicalização (políticas de policiamento orientadas para a comunidade)

A consciencialização e o genuíno comprometimento das forças de segurança para a problemática da radicalização da população é de fundamental importância especialmente dos agentes de primeira intervenção. O policiamento comunitário consciente é importantíssimo para observar precocemente sinais de radicalização. Contudo, tem-se observado que muitas vezes os policiais pouco sabem sobre esse fenômeno, sendo importante reconhecerem os sinais de radicalização e quais as respostas a dar. Assim, por meio de um maior envolvimento com a comunidade, será possível fazer uma detecção precoce de sinais de Radicalização, uma maior apanha de informações sobre o fenômeno da Radicalização e Extremismo Violento e uma intervenção oportuna sobre indivíduos em risco, ainda antes destes encetarem ações de âmbito criminal, aumentando dessa forma a resiliência da comunidade. A comunidade assume-se assim como um ponto focal na estratégia de combate à radicalização, sendo cada vez mais necessário adaptar as estratégias à comunidade a que se destinam.

Anteriormente as políticas e práticas antiterroristas junto à comunidade eram operações de segurança conduzidas numa ótica de segurança de Estado. Focavam-se em táticas de utilização de poderes de polícia, como buscas, operações encobertas e métodos de recolha de Informações para detectar terroristas suspeitos e desarticular as suas atividades.. Esses métodos, por regra não envolviam qualquer participação da comunidade, não se destinavam a ganhar a sua confiança e raramente eram adaptados às características dessas mesmas comunidades. Em alguns países, contudo, foram desenvolvidas abordagens orientadas para a comunidade, onde os objetivos, as políticas e as medidas são definidas através de uma ótica de cooperação conduzida localmente e adaptada aos contextos locais, de modo a aumentar a sua eficácia. Essa tendência é o testemunho do reconhecimento que o poder público e as comunidades são parceiros nas estratégias antiterroristas. O envolvimento das comunidades permite também aumentar a responsabilização dos decisores políticos em relação aos cidadãos. O estabelecimento de relações de cooperação entre decisores políticos, forças de segurança e os representantes das comunidades faz nascer parcerias baseadas na confiança entre a comunidade e as autoridades públicas; apoio da comunidade para a formulação e implementação de estratégias e medidas a serem tomadas.; e estratégias de antiterrorismo enquadradas e perseguidas numa ótica de segurança da comunidade em detrimento de uma ótica de segurança de Estado.

Tanto a comunidade como as forças de segurança são partes interessadas nas abordagens aos fenômenos de Radicalização e de Extremismo Violento. Com a crescente ênfase na prevenção do terrorismo em detrimento das operações contraterroristas os diferentes atores nas políticas de prevenção conquistam uma colaboração mais estreita e multidisciplinar. O desenvolvimento de parceiras público-privadas entre a comunidade e as forças de segurança podem levar a uma cooperação entre atores com diferentes pontos de vista e preocupações. Estas diferenças levam muitas vezes a um desequilíbrio nas relações entre os atores, devendo aqueles com maior peso na tomada de decisão fazer um esforço para o equilíbrio de todas as partes envolvidas. Para o sucesso destas parcerias torna-se assim importante o reconhecimento mútuo das diferentes perspectivas, devendo existir um comprometimento de todas as partes para o diálogo e transparência como plataforma de entendimento mútuo entre as partes. Neste sentido as forças de segurança devem procurar integrar-se na comunidade e fortalecer a sua legitimidade através de um policiamento consentido. Algumas técnicas passam por: estar visível e acessível ao público, conhecer e ser conhecido pelo público; estabelecer parceiras com a comunidade; ouvir as preocupações da comunidade e responder às suas necessidades, respeitar e proteger os direitos de todos os membros da comunidade; e, ser responsável por todas as ações resultantes da sua atuação.

O policiamento orientado para a comunidade pode ser uma estratégia efetiva para a redução da criminalidade. Se implementada com o adequado planejamento e preparação pode também constituir-se como uma contribuição tangível e durável para uma estratégia mais vasta para a prevenção da Radicalização e do Extremismo Violento. Contudo, deve-se observar que o policiamento orientado para a comunidade não é infalível, é apenas uma ferramenta que aumenta a possibilidade das forças de segurança identificarem oportunamente potenciais terroristas.

O que se tem do apurado até aqui, para preservar a juventude brasileira, nossos filhos e netos, de ameaças ou influências extremistas ou terroristas implica que deveremos focar essencialmente em modelos de policiamento orientados para a comunidade e com a participação ativa da mesma, onde as forças de segurança e os diversos atores sociais devem caminhar de mãos dadas num mesmo sentido na busca de indícios de radicalização em nossa sociedade, a qual é herdeira da cultura de um povo miscigenado e pacífico.

Nesse sentido, tendo consciência do não esgotamento deste assunto e pelo fato desta temática estar em plena evolução, propõe-se o desenvolvimento de estudos futuros tomando por base o que até aqui foi reunido, bem como modelos e estratégias concretas já utilizadas em outros países que possam ser adaptados e implementados no Brasil num contexto de prevenção da Radicalização.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2001.

AMARAL, Rita. **Por que a diversidade faz bem.** [on line]. In: OS URBANITAS – Revista de Antropologia Urbana. Ano 5, vol. 5, n. 7, jul. 2008. Disponível em: http://www.osurbanitas.org/osurbanitas7/porqueadiversidadefazbem.html. Internet, 2008. Acesso em 1. mar. 2010.

ARES, Pedro Miguel Martins PREVENÇÃO DA RADICALIZAÇÃO E DO EXTREMISMO VIOLENTO Disponível em http://cedis.fd.unl.pt (acessado em 290112JUN18)

ARRESALA, Centro Islâmico no Brasil. **Instituições Islâmicas no Brasil.** Disponível em: <http://www.arresala.org.br/text.php?op=55>. Acesso em: 10 abr. 16.

ARRUDA, José Jobson de; PILETTI, Nelson. **Toda a História: História Geral e História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2007.728 p.

Beinart, P., 2015. What Does Obama Really Mean by 'Violent Extremism'?.Dísponivel em: http://www.theatlantic.com/international/archive/2015/02/obama-violent-extremism-radical-islam/385700/?fb_ref=Default [Acessado em 8 junho 2015].

BLASTINGNEWS. **Estado Islâmico já tem atirador de elite e rede de tráfico de pessoas no Brasil.** Disponível em: <http://br.blastingnews.com/brasil/2016/06/estado-islamico-ja-tem-atirador-de-elite-e-rede-de-trafico-de-pessoas-no-brasil-00956895.html>. Acesso em: 08 jul. 2016.

BRAGA, Sudário Rios**. Uma análise das estratégias indiretas para o combate ao Estado Islâmico**. Rio de Janeiro: ECEME, 2016.

BRASIL. Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx). **Terrorismo: consequências para o EB/22** - Relatório de Simpósio**.** Coleção Meira Mattos**.** Rio de Janeiro. n. 17, 1° quadrimestre, 2008

BRASIL. Ministério da Defesa. **Regulamento do Comando de Operações Terrestres.** 1. ed. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Exército. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Manual escolar trabalhos acadêmicos na ECEME.** Rio de janeiro, RJ, 2004.

BRASIL. Exército. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Formatação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses.** Rio de janeiro, RJ, 2007a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas.** 4. ed. Brasília, DF, 2007b.

BRASIL. Exército. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME.** Rio de janeiro, RJ, 2012.

BRASIL. Exército. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **O Oriente Médio**. Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL**.** Ministério da Defesa**. Política de defesa nacional**, 2005. Disponível em: < http://www.dji.com.br/decretos/2005-005484/2005-005484.htm>. Acesso em: 27 mar. 2016.

BRASIL. Exército. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **O Oriente Médio**. Rio de Janeiro, 2014.

CACP. **Terroristas Islâmicos já estão no Brasil – Diga não à islamização do Brasil.** Disponível em: <http://www.cacp.org.br/diga-nao-a-islamizacao-do-brasil/>. Acesso em: 03 jul. 2016.

CBN. **Islamismo cresce na periferia de São Paulo.** Disponível em: < http://cbn.globoradio.globo.com/series/a-periferia-e-os-filhos-do-isla/2015/04/06/ISLAMISMO-CRESCE-NA-PERIFERIA-DE-SAO-PAULO.htm>. Acesso em: 22 abr. 2016.

COLOMBO, Letícia dos Santos GRUPOS NÃO ESTATAIS GERADORES DE CONFLITOS:SÍRIA, IRAQUE, SOMÁLIA, NIGÉRIA, LÍBIA E MALI Disponível em https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/grupos-nao-estatais-geradores-de-conflitos.pdf (acessado em290054JUN18)

COMUNIDADE BETHÂNIA. **Liberdade religiosa é mais ameaçada em países muçulmanos.** Disponível em: < http://www.bethania.com.br/noticias/noticias-da-igreja/liberdade-religiosa-e-mais-ameacada-em-paises-muculmanos>. Acesso em: 07 jul. 2016.

Comissão Europeia, 2014. Reforçar a resposta da UE À radicalização e ao extremismo violento. Dísponivel em: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-14-18_pt.htm [Acessado em 28 julho 2018].

Comissão Europeia, 2015c. RAN police and other law enforcement (POL). [on line] Dísponivel em: http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-we-do/networks/radicalisation_awareness_network/about-ran/ran-pol/index_en.htm[Acesso em 6 agosto 2018].

Conselho da União Europeia, 2013. Council Conclusions calling for an update of the EU Strategy for combating Radicalisations and recruitment to terrorism. [On Line] Dísponivel em: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/jha/137397.pdf [Acesso em 8 junho 2015].

Conselho da União Europeia, 2014a. Projeto de estratégia revista da UE no domínio do combate à radicalização e ao recrutamento para o terrorismo. [On line] Dísponivel em: http://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-9956-2014-INIT/pt/pdf [Acesso em 1 agosto 2018].

Conselho da União Europeia, 2014b. 3319ª reunião do Conselho da União Europeia. [On Line] Dísponivel em: http://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-10290-2014-INIT/pt/pdf [Acesso em 08 junho 2015].

COSTA, Alexandre Vieira da**. O conflito Árabe-Israelense na atualidade e sua influência para a geopolítica do Oriente Médio**. Rio de Janeiro: ECEME, 2012

CoPPRa, 2013a. CoPPRa - Community oilicing preventing radicalisation & terrorism. [On line] Dísponivel em: http://www.coppra.eu/index.php [Acesso em 6 agosto 2018].

CoPPRa, 2013b. Community policing as counter-terrorim strategy. [On line] Dísponivel em: http://www.coppra.eu/dl/Goodpractices.pdf [Acesso em 6 agosto 2018].

CORREIO BRASILIENSE. **Suspeito de terrorismo é detido em Brasília; Polícia Federal é acionada.** Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/07/10/interna_cidadesdf,539707/suspeito-de-terrorismo-e-detido-em-brasilia-policia-federal-e-aciona.shtml>. Acesso em: 10 jul. 2016.

CORTÊS, George Luiz Coelho. **Reflexões sobre segurança.** Coleção Meira Mattos. Rio de Janeiro, n. 19, 3º Quadrimestre, 2008.

DEMANT, Peter. **O Mundo muçulmano**. São Paulo: Contexto, 2013.

El-Said, H., 2015. New Approaches to Countering Terrorism - Designing and evaluating counter radicalization and de-radicalization programs. 1ª Edição ed. s.l.:Palgrave Macmillan

ÉPOCA. **Islã cresce na periferia das cidades do Brasil.** Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI25342-15228,00-ISLA+CRESCE+NA+PERIFERIA+DAS+CIDADES+DO+BRASIL.html>. Acesso em: 21 abr. 2016.

ESTADÃO. **Especialista da ONU acha país alvo fácil de ataques terroristas.** Disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/jogos-olimpicos,especialista-da-onu-acha-pais-alvo-facil-de-ataques-terroristas>. Acesso em: 07 ago. 2016.

ÉTIENNE, Bruno. **L'islamisme comme idéologie et comme force politique.** *Cités*, n. 14, p. 45-55. fev 2003. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-cites-2003-2-page-45.htm>. Acesso em: 27 mar. 16.

FARHAT, José. **A Formação dos atuais Estados Árabes no Oriente Médio**. Instituto da Cultura Árabe. Disponível em <http://www.icarabe.org/sites/default/files/aula_1_a_formaouo_dos_atuais_estados_urabes_j.farhat.pdf > Acesso em 19JUL18

FERRO, Marc. **O Choque do Islã: séculos XVII-XXI.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

FIELDHOUSE, David Kenneth. **Western Imperialism in the Middle East 1914-1958**. Disponível em < https://books.google.co.uk/books?id=QVC_MTLmF2EC >. Acesso em 19JUL2018.

FOLHA. **Brasil aplica resolução da ONU sobre Estado Islâmico e Al Qaeda.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/07/1789653-brasil-aplica-resolucao-da-onu-sobre-estado-islamico-e-al-qaeda.shtml>. Acesso em: 08 jul. 2016.

FOLHA. **Suspeitos de ligação com terrorismo ultrapassaram o aceitável, diz ministro.** Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/07/1794133-suspeitos-de-terrorismo-ultrapassaram-a-linha-do-aceitavel-diz-ministro-da-defesa.shtml>. Acesso em: 21 jul. 2016.

FROMKIN, Uma paz para acabar com toda a paz, 1989.

GAZETA. **A guerra que redefiniu o mundo**. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/?tl=1&id=1486701&tit=A-guerra-que-redefiniu-omundo> Acesso em 19JUN2018.

GGN. **O fim do Império Otomano**. Disponível em < http://jornalggn.com.br/noticia/ofim-do-imperio-otomano >. Acesso em 19 JUL. 2018

GUNNEWEG, ANTONIUS H. J. **História de Israel**. São Paulo: Loyola, 2005.

G1. **Abin confirma conta em português sobre Estado Islâmico no Telegram.** Disponíel em: <**http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/abin-confirma-conta-em-portugues-sobre-estado-islamico-no-telegram.html**>. Acesso em: 16 jun. 2016.

G1. **Abin alerta que Brasil pode ser o próximo alvo de ataques do Estado Islâmico.** Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/brasil/abin-alerta-que-brasil-pode-ser-proximo-alvo-de-ataques-do-estado-islamico-19085865.html>. Acesso em 03 jul. 2016.

G1. **Avianca emite alerta sobre possível fuga de terrorista sírio para o Brasil.** Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/brasil/avianca-emite-alerta-sobre-possivel-fuga-de-terrorista-sirio-para-brasil-19626701.html>. Acesso em 05 jul. 2016.

G1. **Polícia Federal monitora estrangeiro em Chapecó por risco de terrorismo - Justiça determinou que libanês utilize tornozeleira eletrônica.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/06/policia-federal-monitora-estrangeiro-em-chapeco-por-risco-de-terrorismo.html>. Acesso em 21 jul. 2016.

G1. **PF prende 10 suspeitos em operação contra o terrorismo no Brasil - Suspeitos fizeram batismo virtual no Estado Islâmico - Polícia considerou que havia 'atos preparatórios'.** Disponível em: < http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/07/pf-prende-10-suspeitos-em-operacao-contra-o-terrorismo-no -brasil.html>. Acesso em 21 jul. 2016.

HELMREICH, Paul C.; **From Paris to Sèvres**: The Partition of the Ottoman Empire at the Peace Conference of 1919-1920. Ohio, 1974.

INFIEL ATENTO. **Passo Fundo se torna núcleo da islamização, centrada na "indústria halal".** Disponível em: <http://infielatento.blogspot.com.br/2016/06/passo-fundo-se-torna-nucleo-da.html?m=1>. Acesso em 03 jul. 2016.

JERRAHI, Sheikh Muhammad Ragip al-. **História da presença Islâmica no Brasil.** In: Palestra para o Congresso "El Islam em las dos Orillas", Sevilha, 2003. Disponível em: <http://www.masnavi.org/jerrahi/Artigos___Palestras/Historia_da_presenca_Islamica_/historia_da_presenca_islamica_.html>. Acesso em: 19 abr 2016.

JUNIOR, Antônio Gasparetto. **Revolução Islâmica**; *Brasil Escola*. Disponível em <http://www.infoescola.com/historia/revolucao-islamica/>. Acesso em 22 de julho de 2018.

JUNIOR, Antônio Gasparetto. **Guerra ao terrorismo**. Disponível em >http://www.infoescola.com/historia/guerra-ao-terrorismo/ < Acesso em 22 JUL. 2018.

KALANDAR, Ihsan Mohammad Ali. **Os muçulmanos no Brasil.** Tradução de Samir El Hayek. São Paulo: Embaixada do Kuwait no Brasil, 2001.

LELLO, Universal. **Dicionário enciclopédico Luso-Brasileiro.** Porto: 1975 p. 1321 v. 1. s.l. Consultado em 2016.

LEWIS, Bernad. **O Oriente médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

LEWIS, David Levering. **O Islã e a formação da Europa, de 570 a 1215**. Rio de Janeiro: Editora Amaralys, 2010.

MARQUES, Vera Lúcia Maia. **Os muçulmanos no Brasil**. *Etnográfica* [Online], v. 15. n1, out 2011. Disponível em:< http://etnografica.revues.org/777>. Acesso em: 20 Abr 2016.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo critico**, 3.ed. Tradução de Bebel Orofino Schaefer. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

MORRIS, Benny. **1948: The First Arab-Israeli War**. Yale University Press, New Haven, 2008.

NAPOLEONI, Loretta. **A Fênix Islamista: o Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio,** 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

Neumann, P., 2011. Preventing Violente Radicalization in America, Washington DC: Bipartisan Policy Center.

O GLOBO. **Brasil é advertido por não se empenhar no combate ao terrorismo.** Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/brasil-advertido-por-nao-se-empenhar-no-combate-ao-terrorismo-14447615>. Acesso em: 26 jul. 2016.

Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), 2014. Preventing Terrorism and Countering Violente Extremism and Radicalisation that lead to Terrorism: A community-policing approach. [On line] Dísponivel em: http://www.osce.org/secretariat/111438?download=true [Acessado em 28 julho 2018].

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

PEREZ, Fabíola 11/08/2017 Disponível em https://istoe.com.br/gigantes-do-crime/ (acessado em 120141JUN18)

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. **Ritual, etnicidade e identidade religiosa nas comunidades muçulmanas no Brasil.** Revista USP, São Paulo, n. 67, p. 228-250, set-nov, 2005. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/67/17-pinto.pdf>. Acesso em: 13 abr 2016

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. MONTENEGRO, Silvia. **As comunidades muçulmanas na tríplice fronteira: identidades religiosas, contextos locais e fluxos transnacionais.** In: Reunião Brasileira de Antropologia, 26. Porto Seguro, BA. 2008. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/foruns_de_pesquisa/trabalhos/FP%2002/FP02%20As%20comunidades%20mu%C3%A7ulmanas%20na%20Triplice%20Fronteira....pdf>. Acesso em: 03 abr 2016.

PINTO, Tales. **Os EUA e a Guerra ao Terror**. Disponível em >http://guerras.brasilescola.uol.com.br/seculo-xxi/os-eua-guerra-ao-terror.htm <Acesso em 22 JUL. 2018.

PORTO, Dicionário da Língua Portuguesa, s.l., 2014. **Comunidade**. Disponível em: <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/comunidade;jsessionid=lVMJSzVlwfKPra+R+EJERw__>. Acesso em: 21 abr 2016.

PRESIDÊNCIA-DA-REPÚBLICA. **Lei Nº 13.260, de 16 de março de 2016**. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13260.htm>. Acesso em: 05 ago. 2016.

QUINTELLA, Flávio Saraiva. **Os reflexos da atuação do Estado Islâmico nas relações internacionais no Oriente Médio.**2017. 65 f Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2017

Rabasa, A. & Benard, C., 2015. Eurojihad - Patterns os ISlamist Radicalization and terrorism in Europe. Nova Iorque: Cambridge University Press. Dísponivel em: http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-we-

do/networks/radicalisation_awareness_network/about-ran/index_en.htm [Acesso em 06 agosto 2018].

RABASA, ANGEL; BENARD, CHERYL. Padrões Eurojihad de Radicalização Islâmica e Terrorismo na Europa. p 117-122, 2014.
RAN - Radicalisation Awareness Network, 2014. RAN Collection of approaches, lessons learned ans pratices. [on line] Dísponivel em: http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-we-do/networks/radicalisation_awareness_network/ran-best-practices/docs/collection_of_approaches_lessons_learned_and_practices_en.pdf [Acesso em 8 junho 2015].

RANK, Michael. **De Maomé a Burj Khalifa: um curso rápido em 2000 anos de história do Oriente Médio**. Babelcube, 2014.

RESENDE JÚNIOR, Márcio Nunes de. **A expansão do islamismo e as consequências para o Brasil.** 2016. 76 f Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2016

REZENDE, LUCAS PEREIRA; SCHWETHER, NATÁLIA DINIZ. Terrorismo: a Contínua Busca por uma Definição, Rev. Bra. Est. Def.v. 2, nº 1,jan./jun. 2015, p. 87-105
Saint-Pierre, Hector Luis. (2002) Formas Contemporâneas da Violência Política. Tese (Livre Docência). Franca: Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 329f.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Rodrigo Lopes. **A expansão do fundamentalismo islâmico, sua influência nos atuais conflitos do Oriente Médio e possíveis reflexos para o Brasil**. Rio de Janeiro: ECEME, 2015

RUGGIO, Rodrigo Alves Pinto; SIQUEIRA JÚNIOR, Luiz Márcio et al. Hamas e Hezbollah: uma análise sob a ótica do Direito Internacional. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 16, n. 2784,14fev.2011. Disponível em:<https://jus.com.br/artigos/18485>. Acesso em: 27 jun. 2018.

SIMIONI, Alexandre Arthur Cavalcanti. **A relação simbiótica entre mídia, terrorismo e grandes eventos esportivos.** Coleção Meira Mattos, Rio de Janeiro, n. 25, 1 quadrimestre, 2012.

Schmid, A. P., 2014. Violent and Non-Violent Extremism: Two Sides of the Same Coin?. [On Line] Dísponivel em: http://www.icct.nl/download/file/ICCT-Schmid-Violent-Non-Violent-Extremism-May-2014.pdf [Acessado em 30 junho 2018

Schmid, A. P., s.d. Countering Violent Extremism: a Promising Response to Terrorism. [on line] Dísponivel em: http://icct.nl/publication/countering-violent-extremism-a-promising-response-to-terrorism/ [Acessado em 30 junho 2018].

SOCIEDADE Beneficente Muçulmana do Rio de Janeiro (SBMRJ). **Breve introdução ao islamismo.** Rio de Janeiro. Disponível em: <http://sbmrj.org.br/wp>. Acesso em: 30 abr. 2016.
SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SUL. **Empresário libanês é monitorado por suspeita de ligação com o terrorismo.** 2016. Disponível em: <http://www.osul.com.br/empresario-libanes-e-monitorado-por-suspeita-de-ligacao-com-o-terrorismo/>. Acesso em: 22 jul. 2016.

TERRA.MUNDO**,Conheca as principais religiões do mundo** disponível em:https://www.terra.com.br/noticias/mundo/conheca-as-principais-religioes-do-mundo/ acesso em 07 Jun 2018.

US Department of Homeland Security, 2015. The Complexity of Violent Extremism. [On Line] Dísponivel em: http://www.dhs.gov/topic/countering-violent-extremism [Acessado em 08 junho 2015].

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 287 p., il. Bibliografia: p. 269-287. ISBN: 978-85-224-4999-6.

VERGARA, Sylvia Constat. Métodos de pesquisa em administração. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

WHITTAKER, John David. **Terrorismo - um relato.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005, 488 p.

WOLOSZYN, André Luís. **Terrorismo global: aspectos gerais e criminais**. Biblioteca do Exército Ed.Rio de Janeiro, 2010, 164p.

WYNBRANDT, James. (2004). **A Brief History of Saudi Arabia**. Ed 2. Fawas A. Gerges, 2004.

YALE. **The Palestine Mandate**. The Avalon Project . Disponível em >http://avalon.law.yale.edu/20th_century/palmanda.asp>. Acesso em 04 Jul. 2017

ZAHREDDINE, Danny e TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **A Ordem Regional no OrienteMédio 15 anos após os atentados de 11 de setembro**. Revista Sociologia Política,v. 23, n. 53, Curitiba, março de 2015. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782015000100071.Acesso em: 19JUL2018.

ZAVERUCHA**,** Jorge**.** ARMADILHA EM GAZA**,** São Paulo, 2010